



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MEMÓRIAS DO DESTERRO:
A REMOÇÃO DE FAVELAS NAS PÁGINAS DO JORNAL
O GLOBO (1968-1973)**

MATHEUS ROCHA DOS SANTOS SILVA

Rio de Janeiro

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**MEMÓRIAS DO DESTERRO:
A REMOÇÃO DE FAVELAS NAS PÁGINAS DO JORNAL
O GLOBO (1968-1973)**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

MATHEUS ROCHA DOS SANTOS SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Rio de Janeiro
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Matheus Rocha dos Santos.

Memórias do desterro: A remoção de favelas nas páginas do jornal O Globo (1968-1973). Rio de Janeiro, 2019.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Memórias do desterro: A remoção de favelas nas páginas do jornal O Globo (1968-1973)**, elaborada por Matheus Rocha dos Santos Silva.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Fernanda Melo da Escóssia
Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC - FGV
Editora da Revista Piauí

Prof. Dr. Paulo Roberto Pires
Doutor em Literatura Comparada pela Faculdade de Letras - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Rio de Janeiro
2019

AGRADECIMENTOS

Começo estas linhas agradecendo àquela que tornou tudo possível. Maria Aparecida, minha mãe, a pessoa mais corajosa e generosa que conheço. Obrigado por ter ido às reuniões de pais, por ter comprado os livros, por ter perguntado sobre o dever de casa. O ensino superior seria apenas um devaneio se você não tivesse segurado na minha mão e acreditado em mim. A senhora expressa o seu amor de muitas maneiras, inclusive apostando na educação.

Agradeço à vó Maria do Céu por me lembrar todos os dias que o estudo é um caminho em direção à liberdade. Este trabalho é resultado de um sonho que a senhora acalentou por muito tempo. Ao pai Ricardo, agradeço todo o apoio ao longo desses 23 anos. Sou grato também por ter ajudado a formar meu gosto musical. A década de 80 realmente foi um período e tanto para a música.

Ana Carolina Santos e Wellerson Soares, vocês foram – e continuam a ser – os melhores amigos que a faculdade poderia ter me dado. Obrigado pelas conversas no Teatro de Arena, pelas risadas no Cópia Café e pela parceria dentro e fora da ECO. Nós de fato formamos um trio imbatível.

À professora Cristiane Costa, minha orientadora, agradeço o suporte e a imensa generosidade. Sou grato também pelas aulas de Redação Jornalística I, sem as quais minha bagagem cultural certamente estaria mais vazia. Expresso minha gratidão à professora Fernanda da Escóssia e ao professor Paulo Roberto Pires, integrantes da banca e docentes que tanto admiro.

Não posso deixar de agradecer ao Colégio Estadual André Maurois, escola onde cursei o ensino médio. Aqueles três anos me ensinaram muito. Aprendi sobre o valor da diversidade, compreendi a importância da educação pública e comecei a me descobrir enquanto cidadão. Agradeço de forma especial à professora Patrícia Condé, cuja doçura e dedicação só fortaleceram meu desejo pelo diploma universitário.

Viver na Cidade de Deus também é motivo de muita gratidão. A favela me deu olhos para enxergar o mundo e voz com que narrar a minha realidade. Estão nelas as minhas raízes e é para ela que me volto quando preciso de abrigo. Por fim, agradeço aos meus ancestrais, que empreenderam grandes batalhas para garantir a seus filhos e suas filhas o pleno exercício da liberdade. A luta não foi em vão.

SILVA, Matheus Rocha dos Santos Silva. **Memórias do desterro: A remoção de favelas nas páginas do jornal O Globo**. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2019.

RESUMO

Este trabalho almeja analisar a política de remoção de favelas cariocas e o modo como o processo foi descrito pelo jornal O Globo. Para o estudo de caso, serão analisadas 12 reportagens publicadas entre 1968 e 1973. Além disso, a pesquisa parte de uma perspectiva racial para entender a origem dos preconceitos que atingem as populações faveladas. Em última instância, a marginalização deu argumentos à transferência de pessoas para conjuntos habitacionais precários e desarticulados ao resto da cidade, processo que começou em 1962 e terminou em 1974. O trabalho analisará ainda a atuação e os interesses que orientaram os reassentamentos, atentando para o modo como esse movimento impactou a organização espacial do Rio de Janeiro e a vida das pessoas expulsas do lugar onde moravam.

Palavras-chave: remoção de favelas; questão racial; jornal O Globo; políticas urbanas.

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Afinal, e o que são as favelas?

- 2.1. O sertão é aqui
- 2.2. Uma faxina urbana
- 2.3. Quando o racismo virou ciência
- 2.4. Eugenia à brasileira

3. Sob o peso da pena e o jugo da lei: a criminalização do corpo favelado

- 3.1. As medidas do criminoso
- 3.2. Os indisciplinados
- 3.3. Leis exemplares para corpos indisciplinados
- 3.4. Guerra à cidade negra

4. O Rio decide despejar a favela

- 4.1. Uma política urbana dividida
- 4.2. A máquina de remoções
- 4.3. O mato, o lixo, a solidão
- 4.4. A política enquanto morte

5. Análise de reportagens

6. Conclusão

7. Referências Bibliográficas

1. Introdução

Em uma favela, existem muitas favelas. Existe a favela da abundância, das casas de três andares, com piscina e carro na garagem. Há, no entanto, a favela das casas de madeira e dos estômagos vazios. Existe uma comunidade que envelhece e vê os filhos virarem pais; mas existe uma outra, que morre jovem, por vezes antes do primeiro aniversário. Na favela, vivem pessoas que acordam antes do sol nascer para trabalhar e estudar; há, porém, quem permaneça na própria favela e vire alvo do braço armado do Estado. Em um mesmo morro, o trepidar do funk não raro convive com um silêncio ruidoso e sobressaltado.

O programa de remoções que ganhou vulto de 1962 a 1974 é resultado do apagamento de todas as nuances de uma favela. Destituída de complexidades, ela foi reduzida à categoria de problema urbano. E foram inúmeras as discussões sobre o que fazer com esse problema. Enquanto alguns desejavam revitalizar o morro, muitos viam a eliminação como a única saída possível. Havia, inclusive, aqueles que defendiam enviar de volta os migrantes que fixavam residência nas comunidades. Em meio a esses debates, o favelado não teve qualquer chance de intervir nos rumos de sua vida.

Quando a desfavelização virou uma política de Estado, não houve conversa. Era empacotar os pertences e seguir para conjuntos habitacionais distantes e quase sempre precários. Aos removidos, não foi dado o direito de escolher se queriam ir ou permanecer. Eles não tiveram nem mesmo a prerrogativa de decidir as características das novas casas. Todas eram tão semelhantes que poderiam ter sido fabricadas em uma linha de montagem. Não é exagero dizer que os conjuntos expressavam materialmente o modo como o poder público enxergava o favelado – uma população homogênea que tendia a reproduzir comportamentos muito semelhantes.

Viver no morro era uma espécie de danação social. Acreditava-se que essas pessoas tinham uma cultura não só inferior, mas antagônica à do resto da cidade. Embora difundidas no início do século XX, são crenças que continuam a reverberar no interior das relações sociais. Quando alguém pensa na palavra “favela”, a imagem que se relaciona a esse território com frequência evoca concepções negativas. Em oposição ao asfalto, o morro seria um ambiente insalubre, alvejado pela violência e permeado pela miséria.

Em 2015, uma pesquisa realizada pelo Data Popular descortinou esse quadro de preconceitos e estereótipos. O levantamento mostrou que, para 51% dos 3.050

entrevistados, as primeiras palavras associadas à favela eram drogas e violência¹. Questionados se contratariam um favelado para trabalhar em suas casas, 47% responderam que nunca empregariam essas pessoas. Já o instituto Data Favela revelou que 84% das pessoas que moram em comunidade já sofreram preconceito, e 64% consideram que os locais onde moram são noticiados de maneira negativa².

Um dos objetivos deste estudo é jogar luz sobre as origens dos estereótipos que incidem sobre o favelado e compreender como esse fenômeno emprestou argumentos sociais ao movimento remocionista. A mistura de desdém e ojeriza que a elite econômica nutria por quem habitava o morro forneceu valiosas contribuições ao poder público. Enquanto a classe dominante enxergava o favelado como um problema urbano, o Estado acreditava ter o direito de tratá-lo como tal. Uma política pautada na remoção generalizada desses indivíduos nos parece bastante sintomático disso. Acreditava-se que esconder o favelado nos confins do Rio de Janeiro poderia conter a favelização. Nada mais equivocado.

Em 1970, a cidade tinha 565.129 pessoas espalhadas por 162 favelas³. Já em 2010, havia na cidade 1.393.314 favelados morando em 763 comunidades.⁴ Durante o período das grandes remoções, o Estado atacou um sintoma, mas preferiu ignorar as condições sociais e econômicas que estavam por trás do fenômeno urbano. Conforme estudaremos, o que os reassentamentos fizeram foi, entre outras coisas, aplacar as preocupações de uma classe média amedrontada. Aos olhos desse grupo, o morro maculava a paisagem carioca e servia como reduto para vagabundos, indolentes e criminosos. O segundo capítulo tem como objetivo esmiuçar as raízes históricas desses mitos. Para isso, recorrer à perspectiva racial se mostrou essencial.

Não nos parece coincidência que negros e favelados compartilhem os mesmos estereótipos e despertem semelhante inquietude. Se analisarmos a composição racial dos morros, esse fenômeno fica mais fácil de ser compreendido. O primeiro recenseamento dedicado a esses espaços – que será melhor analisado em outro momento

¹ Pesquisa revela que 47% dos moradores do asfalto nunca contratariam um morador da favela para trabalhar em casa. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/emprego/pesquisa-revela-que-47-dos-moradores-do-asfalto-nunca-contratariam-um-morador-da-favela-para-trabalhar-em-casa-15316036>. Acesso em: 01/09/2019

² 84% dos moradores de favelas dizem sofrer preconceito, aponta pesquisa. Brasil Econômico. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2015-03-04/84-dos-moradores-de-favelas-dizem-sofrer-preconceito-aponta-pesquisa.html>. Acesso: 01/09/2019

³ Rio é a cidade com maior população em favelas do Brasil. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>. Acesso: 01/09/2019

⁴ IBGE sinopse preliminar do censo demográfico Guanabara 1970. Disponível em: <https://biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 01/09/2019

– mostra uma população majoritariamente não-branca. De acordo com o documento, 36% dos moradores dessas localidades eram pardos e 35%, negros. Já segundo Costa Pinto (1953), 71% dos que residiam nas favelas eram negros, segmento que representava 98.506 habitantes em um total de 138.837 pessoas.

Sobre esses resultados, o pesquisador escreveu que uma das consequências mais odiosas do racismo é a segregação espacial que obriga um grupo étnico subalternizado "a limitar o seu direito de morar ao âmbito de determinados bairros ou ruas, vendando-lhes o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar" (COSTA PINTO, 1953, p. 112). É ainda Costa Pinto quem nos diz que as distâncias presentes no espaço físico refletem à perfeição as distâncias que prevalecem no espaço social. Desse modo, no pós-abolição, coube ao negro ocupar áreas que, tal como ele, estivessem à margem do Rio de Janeiro.

Tendo tudo isso em mente, é possível compreender que negros e favelados partilhavam dos mesmos estigmas porque em muitos casos guardavam na pele uma mesma origem étnica. Como os pressupostos raciais da República Velha pregavam que a população não-branca era displicente e dada à vadiagem, por associação o morador do morro passou a ser visto da mesma forma.

Acreditamos que analisar os mitos fundadores da favela sem atentar para as relações raciais é entender o assunto pela metade. O segundo capítulo estudará, portanto, as primeiras representações sobre o morro levando em conta os dogmas raciais que vicejaram no início do século XX. Terá destaque ainda o modo como esse período emprestou um verniz científico ao racismo, fazendo crer que a desigualdade entre os indivíduos seria um dado biológico, e não um construto social.

Para auxiliar nossas análises, iremos recorrer aos trabalhos da antropóloga Lilia Schwarcz sobre o determinismo racial. Serão úteis, ainda, as reflexões do também antropólogo Roberto da Matta e do brasilianista Thomas Skidmore. Além disso, tomaremos como base os textos do historiador José Murilo de Carvalho para contextualizar o momento social em que essas crenças ganharam força. Em um segundo momento, abordaremos como a obsessão pela higiene pública fez da favela um espaço capaz de disseminar os mais diversos males, inclusive os de ordem social. O discurso higienista nos é particularmente importante porque ele fez do programa de remoções uma espécie de antídoto aos supostos problemas morais e sanitários da favela.

Com efeito, esse fenômeno é resultado da tradução brasileira do ideário eugênico. Ao desembarcar no país, essa prática ganhou novos contornos, bem diferentes

daqueles observados em países anglo-saxões. Lançaremos mão das análises dos pesquisadores Jerry Dávila e Nancy Leys Stepan sobre essa pseudociência, buscando entender como ela ajudou a cancelar o movimento remocionista.

Para enriquecer nossas discussões sobre raça, serão úteis as contribuições de Abdias Nascimento, intelectual que nos legou textos fundamentais sobre as dinâmicas raciais do Brasil. Juntos, esses nomes fornecem valiosos instrumentos para entender como o racismo moldou os estereótipos sobre os habitantes do morro. Não é possível ignorar, no entanto, que nem todas as concepções sobre esses aglomerados têm na questão racial a sua origem.

Nas páginas iniciais do segundo capítulo, recontaremos brevemente a história da primeira região favelizada do Rio de Janeiro e como se formaram os mitos sobre ela. A esse respeito, a socióloga Lícia do Prado Valladares formulou teses que ajudarão a aprofundar nossas análises. Por ser nome central para entender as políticas urbanas do Rio de Janeiro, Valladares estará presente também em outros momentos deste trabalho. Usaremos materiais jornalísticos sempre que possível para ilustrar conceitos e reflexões. Esse conteúdo fornecerá suporte para compreender como a imprensa da República Velha retratou os morros cariocas.

Após estudarmos as primeiras representações, nossos olhares se voltarão para o mito da classe perigosa. O terceiro capítulo propõe entender como surgiu a imagem do favelado enquanto um criminoso em potencial. Para tanto, a questão racial será novamente o fio condutor de nossas análises. Mais do que atribuir características pejorativas às populações negras, as teorias raciais eram uma forma de inferiorizar e criminalizar indivíduos considerados inaptos para viver em liberdade. Por esse motivo, o pós-abolição os recebeu com profunda desconfiança.

À época, os dogmas raciais insistiam em afirmar que não-brancos nutriam fortes tendências criminosas e, portanto, deveriam ser disciplinados, de preferência por força da lei. Na medida em que abrigava um grande contingente negro, a favela não tardou a ser vista como um antro de vadios e facínoras. Para discutir a criminalização desses corpos, as reflexões de Foucault a respeito das sociedades disciplinares serão de grande valor.

Ao lado disso, iremos descrever a histeria que tomou conta da elite tão logo a Lei Áurea foi sancionada. Temia-se que os ex-escravizados dessem vazão a impulsos há muito reprimidos e fizessem da capital do Brasil um verdadeiro caos. Esse fenômeno ajuda a explicar por que todo um arcabouço jurídico foi erguido para encarcerar essas

pessoas. O historiador Sidney Chalhoub nos ajudará a ilustrar o clima de medo que pairava sobre o Rio de Janeiro. Já a antropóloga Olívia Maria Gomes da Cunha oferecerá ferramentas para entender de que forma o código criminal virou instrumento de perseguição a grupos subalternizados.

No quarto capítulo, analisaremos o programa de remoções enquanto consequência direta de todos esses preconceitos. Nossas reflexões serão fundamentadas por Lícia do Prado Valladares, Janice Perlman e Anthony e Elizabeth Leeds. Cada um à sua maneira, os quatro oferecem dados relevantes para entender os interesses em jogo durante os 12 anos de reassentamento. Além disso, este capítulo contará com o auxílio do historiador Mario Brum, acadêmico que elaborou uma extensa pesquisa na Cidade Alta, um dos conjuntos que receberam as populações removidas.

Enquanto Valladares, Perlman e os Leeds publicaram seus estudos na década de 1970, a pesquisa de Brum é de 2011. Essa distância cronológica nos parece salutar, na medida em que fornece informações com diferentes níveis de distanciamento. Enquanto os quatro pesquisadores escreveram sobre as remoções em um momento em que elas estavam candentes, o historiador lançou um olhar distante, de quem avalia um processo já concluído.

Ainda neste capítulo, discutiremos os efeitos da desfavelização a partir dos conceitos de biopolítica do filósofo Foucault e necropolítica do também filósofo Achille Mbembe. Entendemos que, ao abandonar os removidos em regiões estruturalmente precárias, o poder público reduzia de forma drástica os recursos para que a vida fosse possível. Sob essa ótica, o Estado fomentou uma política que, de forma indireta, chancelava a morte física e simbólica desses grupos. Para sustentar nossas análises, usaremos sempre que possível dados socioeconômicos das áreas que receberam as populações transferidas.

Uma vez concluída a análise da política de remoções, será a vez de estudarmos o modo como o jornal O Globo cobriu o processo. A escolha desse veículo se deu em razão do lugar de destaque que ele ocupava – e ainda ocupa – na imprensa do Rio de Janeiro. Para o estudo de caso, serão utilizadas 12 reportagens, produzidas entre 1968 e 1973. Esse período não foi escolhido de forma aleatória. Conforme explicaremos no quarto capítulo, o recorte temporal corresponde aos anos em que as remoções se radicalizaram, contando com a participação de múltiplos órgãos e diferentes instâncias do Estado. Como resultado, o Rio de Janeiro presenciou um aumento substancial no número de removidos.

Para o estudo de caso, não usaremos uma única metodologia. Serão utilizadas, é verdade, as orientações que Fairclough e Van Dijk sistematizaram na abordagem que ficou conhecida como Análise do Discurso Crítica (ADC). A escolha se justifica porque o método vai ao encontro do que pretende a pesquisa — desvelar as relações ideológicas que se escondem sob o manto da objetividade e da imparcialidade jornalística. Mas não ficaremos apenas nesses autores. Ao longo do capítulo, traremos para a discussão conceitos formulados por Pierre Bourdieu e Bakhtin. A partir dessas contribuições, esperamos ampliar e enriquecer nossas análises. Há, por fim, que se falar sobre o objetivo que subjaz este trabalho.

Quem assiste ao vídeo de candidatura do Rio para cidade-sede das Olimpíadas de 2016 percebe uma metrópole deslumbrante.⁵ Dirigido pelo cineasta Fernando Meirelles, o registro captura com eficiência a beleza dos mares, a imponência das montanhas e o verde opulento das matas. Os pontos turísticos estão todos ali. Do Pão de Açúcar ao Cristo Redentor, indo dos Arcos da Lapa à Lagoa Rodrigo de Freitas. Ao fundo, ouvimos a música “Cidade Maravilhosa”, embalando esse cenário de tirar o fôlego. De fato, o filme não deixa nada de fora. Com exceção de todas as favelas.

Em pouco mais de dois minutos, vemos uma capital higiênica, estetizada e sem elementos dissonantes. Ao excluir as comunidades, o vídeo espelha uma exclusão anterior, um processo de ordem simbólica e espacial. O registro sintetiza também a fantasia urbana que o Rio de Janeiro apresenta de forma diligente ao Brasil e ao mundo. Essa cidade maravilhosa e cheia de encantos mil nega espaços que contrariem seus mitos e suas fábulas, espaços que, paradoxalmente, ela ajudou a construir. O movimento remocionista se insere em um esforço de preservar imagens mitológicas e privilégios sociais. Ao longo de 12 anos, os reassentamentos teceram sobre a cidade uma geografia desigual e fragmentada.

Em uma área, ficaram os “cidadãos de bem”, a classe média. No outro extremo, estavam os favelados, população considerada a escória do Rio de Janeiro. A escritora Carolina Maria de Jesus resume perfeitamente essas fronteiras concretas e subjetivas. “Na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, 2015, p.37). Nas páginas que se seguem, almejamos entender como a cidade pode virar um

⁵ Disponível em: <http://o2filmes.com/outras-telas/passion>. Acesso em: 03/09/2019

território compartimentado, no qual certas regiões armazenam corpos vistos e tratados como um item de baixo valor.

2. Afinal, e o que são as favelas?

“Essas comunidades são os esconderijos dos bandidos. Eles se escondem onde a desordem impera.” A frase poderia ter sido escrita por um dos cronistas que primeiro analisaram as favelas, no início do século XX, ou vertida em um editorial a favor das remoções, em meados da década de 1960. Ela foi dita, porém, durante a cobertura televisiva de uma troca de tiros no morro Pavão-Pavãozinho, em fevereiro de 2019.⁶ Embora mais de cem anos nos separem das descrições iniciais sobre o Morro da Favela – a primeira área favelizada do país –, essas crenças eivadas de preconceitos continuam presentes tanto no discurso jornalístico quanto no imaginário coletivo.

Analisar o modo como jornais e revistas trataram as comunidades em seus primeiros anos nos dá pistas preciosas para compreender as raízes dessa estigmatização. Isso porque os consensos criados pela imprensa ajudaram a forjar o modo como o resto da cidade olharia para a favela. Apesar de especificidades locais, esses aglomerados urbanos costumam ter uma mesma imagem-modelo: um lugar cheio de carências, em que pobreza e violência se misturam em um cenário caótico. A importância do fazer jornalístico para a consolidação dessa imagem pode ser explicada à luz do conceito gramsciano de hegemonia.

Profissionais da imprensa atuam como aquilo que o filósofo italiano chamou de intelectuais orgânicos, isto é, aquele sujeito que, valendo-se de seu prestígio junto a determinados grupos sociais, propaga as ideias e os valores da classe a que está ligado. Esses indivíduos são a ponta de lança do consenso espontâneo às orientações dadas “pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (GRAMSCI, 2001, p.21).

Ao notarmos a importância e a respeitabilidade que jornalistas desfrutavam na Primeira República – fenômeno que analisaremos no terceiro capítulo – será possível entender por que a imagem que eles difundiram sobre a favela se tornou hegemônica. De fato, essas representações são tão consensuais que resistem à passagem dos anos. A prova disso está na frase que abre este capítulo; afirmação que apaga qualquer nuance e complexidade de uma favela, transformando-a em um corpo homogêneo circunscrito à desordem e à criminalidade.

⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7384076/programa/>. Acesso em: 05/09/2019

Não devemos, no entanto, interpretar os discursos jornalísticos como uma arena monopolizada pela classe dominante. Como nos diz Ribeiro (2000), as páginas de um jornal constituem campo fértil para as lutas sociais. Elas são, sobretudo, a arena da ideologia, “em que várias vozes disputam a hegemonia das representações. Uma página de jornal é um reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia” (GOULART, 2000, p. 41). Desse modo, discurso algum é estanque. O ato enunciativo do dominador está impregnado pela fala do dominado e vice-versa.

Já o historiador francês Jacques Le Goff nos explica que não existe documento inócuo. Ele é fruto não só do contexto social e histórico em que foi construído, mas também resulta “das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1990, p.547). O historiador escreve ainda que os testemunhos e ensinamentos de um documento devem ser desmistificados, uma vez que ele “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990, p. 548).

Este capítulo almeja justamente analisar as primeiras representações da favela levando em conta o ambiente social e histórico em que elas foram construídas. Busca-se compreender essas ideias não como surgidas por geração espontânea, mas como resultado da efervescência política que marcou a Primeira República. Daremos destaque ao que foi dito sobre o morro e por que foi dito de determinada maneira. Ao recuperar o passado inscrito nos jornais, esperamos compreender a imagem que a imprensa legou ao futuro.

2.1 O sertão é aqui

Em 05 de julho de 1901, o Jornal do Brasil relatava o marasmo de uma noite salpicada pela chuva⁷. Sob o título “Reportagem da Madrugada”, o texto mostra um cronista desapontado após visitar o 14º posto, onde os oficiais ali presentes informaram que nada estava acontecendo. Um comentário, porém, logo desperta o interesse do nosso repórter. Em razão do mau tempo, uma diligência deixou de ser feita no Morro da Providência, mais especificamente na área denominada Favella. “Quando nos

⁷ Reportagem da Madrugada. Jornal do Brasil. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docread.er.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%20190&pesq=favella. Acesso em: 05/09/2019

fallaram em Favella ficamos um pouco confusos, pois supponhamos que tal nome só existisse para os lados de Canudos, nos sertões da Bahia.” É assim, com um misto de espanto e estranhamento, que o Morro da Favela, no Rio de Janeiro, virava notícia pela primeira vez em um dos principais jornais da cidade.

Para além da importância histórica, essa matéria é útil por duas razões. Por um lado, nos mostra que as primeiras representações sobre a favela seriam ligadas intimamente ao povoado de Canudos, tese encampada por Valladares (2005). Por outro, evidencia que a partir dali essas áreas teriam lugar cativo nas páginas policiais não só do JB, mas de boa parte da imprensa carioca, fenômeno que será estudado no terceiro capítulo. Embora de naturezas distintas, essas ideias foram difundidas por jornalistas e intelectuais que subiram os morros para explicar a seus leitores o que eram esses novos aglomerados.

Dotados de perfis e características heterogêneas, essas figuras “convergiavam para o estabelecimento de um arquétipo da favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida” (VALLADARES, 2005, p.28). Esse arquétipo, devemos lembrar, não nasceu livre de influências pré-existentes. Os relatos sobre o povoado de Canudos e o conflito que ali se desenrolou entre 1896 e 1897 emprestaram aos cronistas metáforas e palavras para escrever sobre esses novos aglomerados urbanos.

Em um primeiro momento, cabe salientar que Canudos e Morro da Favela de fato se confundem no que se refere à geografia, à história e, claro, à exclusão social. Gestado por soldados que combateram no povoado de Antônio Conselheiro, a primeira favela do Brasil nasceu para cumprir uma dupla função: servia tanto para abrigar os militares que não receberam o soldo prometido após retornarem ao Rio quanto para facilitar as pressões sobre o Ministério da Guerra, localizado nas imediações do morro (VALLADARES, 2005).

De Canudos, a Favela recebeu não só os habitantes, mas também o nome. Quando os ex-combatentes fixaram residência na localidade, encontraram uma vegetação chamada favela, muito comum em Canudos. Por associação, o local não demorou a ser batizado com o nome da planta. Além disso, a tenacidade dos sertanejos frente às forças do Estado lembrava o empenho dos militares na hora de reivindicar seus direitos. “Se a primeira explicação diz respeito apenas a uma similaridade, a segunda tem uma forte conotação simbólica que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador” (VALLADARES, 2005, p.29).

Uma relação intrínseca se estabeleceria entre as duas regiões, na qual falar de Favela era também lembrar a história de Canudos e dos sertanejos que lá viveram. Entretanto, conforme explica Valladares, o mito fundador da favela se deve menos a similaridades geográficas e históricas e mais ao furor causado por “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha.

Ventura (1993), estudioso da obra euclidiana, nos confirma esse fenômeno editorial. Em apenas oito dias, mais da metade da primeira edição havia se esgotado. Entre 1902 e 1904, o livro teve outras três edições, vendendo seis mil exemplares, um feito notável para a época. Tamanho sucesso pavimentou em 1903 a entrada de Euclides para a Academia Brasileira de Letras e para o célebre Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tudo isso, vale lembrar, apenas um ano após o livro ter sido publicado.

Não é difícil entender por que a obra influenciou as concepções iniciais sobre os morros cariocas. Com descrições minuciosas, que iam da topografia às habitações de Canudos, o livro ocupou a mente e as estantes de boa parte da intelectualidade brasileira (VALLADARES, 2005). O famoso cronista João do Rio, por exemplo, deixava antever essa influência no relato de sua visita ao Morro de Santo Antônio, em 1908.

Eu tinha do Santo Antonio a idéia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentativa veio de acompanhar a seresta. [...] O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e mal tratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. [...] Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. [...] Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforme. (MARTINS apud VALLADARES, 2005, p.30)

O dândi carioca não era o único a reproduzir esse modelo. Outros tantos relatos sobre os novos aglomerados vão ao encontro do que João do Rio escreve — um espaço árido, pobre e distante do conceito de modernidade, tal como muitas pessoas enxergavam Canudos. Cronista que esquadrinhou a capital da República Velha, Luís Edmundo também fez das letras uma forma de estabelecer uma associação entre a favela e as regiões sertanejas:

Alcançamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenrola a cidade miseranda. O chão é rugoso e áspero, o arvoredo pobre de fôlhas, baixo, tapêtes de tiririca ou de capim surgindo pelos caminhos mal traçados e tortos. Perspectivas medíocres. Todo um conjunto desmantelado e tórvo de habitações

sem linha e sem valor. (EDMUNDO apud VALLADARES, 2005, p.32)

Ao contrário de João do Rio, Edmundo não precisou dizer que estava na roça ou no sertão. No lugar disso, ele recorre a palavras e construções frasais que pertencem ao imaginário do que as pessoas entendiam por sertão. Para ilustrar isso, é possível citar as árvores sem folhas, a planta tiririca – vegetação que cresce em áreas de sol inclemente – e as habitações precárias. Não se fez necessário contar ao leitor que o Morro de Santo Antônio mais parecia um sertão. Edmundo mostra por meio da escolha de palavras que aquele espaço pouco parecia um ambiente urbano.

A partir desses relatos, o leitor é levado a pensar que os casebres do morro em nada lembravam os modernos edifícios da Avenida Central. O chão acidentado contrastava com o desenho simétrico do calçadão de Copacabana; enquanto a vegetação seca era uma sombra pálida frente às Palmeiras-imperiais do Jardim Botânico. O cenário formulado por pessoas como Luiz Edmundo e João do Rio “aproxima as ‘duas cidades da miséria’, o reduto de fanáticos no sertão e o enclave dos pobres na grande cidade do litoral” (VALLADARES, 2005, p.32).

O sertão carioca, materializado na figura das favelas, estaria quase inteiramente distante do Distrito Federal e de sua pretensa civilidade. Embora próximos fisicamente, os dois territórios pareciam estar léguas um do outro quando o assunto era progresso. Essa ideia de cidade partida subjaz tanto o texto de João do Rio quanto o relato de Luiz Edmundo. Mas é na pena de Olavo Bilac que esse fenômeno fica mais nítido.

Como explica Zaluar e Alvito (2006), Olavo Bilac fez parte do grupo de intelectuais que imaginou uma metrópole cindida. Em suas crônicas, o Rio de Janeiro virava um espaço onde atraso e modernidade viviam lado a lado, mas raramente se misturavam. Em um relato intitulado “Fora da Vida”, publicada em 1908, o escritor reforça essa ideia e descreve os favelados como espectros distantes do cotidiano urbano, imagem que justifica a escolha do título.

Tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá 33 anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China [...] essas criaturas apagadas e tristes, apáticas e inexpressivas, que vivem fora da vida, se não têm a glória de ter praticado algum bem, podendo ao menos ter o consolo de não ter praticado mal nenhum, consciente ou inconscientemente. (BILAC apud ZALUAR, 2006, p. 11)

Esses relatos mostram como os primeiros observadores faziam uso de dualismos para opor cidade e favela, aproximando-se do esquema sertão e litoral elaborado por

Euclides da Cunha. Enquanto o morro representaria o atraso e a decrepitude, a metrópole encarnaria os conceitos de avanço e modernidade, tão caros à elite da época. Esse esquema não era apenas um modo de descrever a configuração espacial do Distrito Federal, mas também uma forma de criar hierarquias e expressar a suposta superioridade de uma área em relação à outra (ZALUAR, 2006).

Por óbvio, a favela ocupava a base dessa estrutura social, sendo vista e tratada como um espaço a ser contido e, não raro, eliminado. Em razão disso, analisemos a seguir o discurso médico-higienista que fez do morro uma espécie de patologia social, ora ameaçando a saúde dos cariocas, ora maculando a imagem de uma metrópole que se pretendia civilizada.

2.2 Uma faxina urbana

“Pela beleza e hygiene da nossa cidade: Como se vae desenhando a solução de um problema de miséria social do Rio.” Assim o jornal O Globo chegava às ruas em março de 1927. Na matéria de capa, o periódico fazia saber que o Departamento de Saúde Pública estava promovendo ações enérgicas contra as favelas, estabelecendo como objetivo a morte imediata desses “covis execráveis”. Antes de efetivamente informar quais seriam essas ações, o repórter lança uma pergunta: “E o que são as favellas?”

Muito se tem falado ultimamente desta designação. Discutem-se as novas Favellas, allude-se à cidade da miséria! Mas, realmente, ainda poucos são os que têm noção precisa deste innominavel cancro social, que são as moradias da população miserável, amontoando-se como lixo nas abas dos morros, ou apodrecendo indiferentemente na esterqueira dos terrenos baldios das baixadas, na indiferença dos serviços de vigilância da cidade, da Prefeitura.⁸

O texto lembra ainda a surpresa de constatar que esse fenômeno tenha se desenvolvido na capital do país. “E, mais do que isso, espanta que tal miséria florescesse no perímetro urbano do Rio, e por entre o esplendor contrastante das avenidas!” O jornal pede que as autoridades providenciem a “limpeza da cidade” para

⁸ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipo Conteudo= pagina&ord enacao Data=relevancia&allwords=favella&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920>. Acesso em: 07/09/2019

extinguir os barracões das favelas, “onde não há hygiene, não há decoro, não há lei, nada que caracterize as virtudes mais simples e modestas da vida humana.”

Sem esconder juízos de valor, a matéria d’O Globo faz eco às preocupações em voga naquele momento — a limpeza estética e sanitária da capital do Brasil. É possível notar que o periódico reproduz a noção de cidade partida que já mencionamos, estabelecendo uma clara cisão entre o habitat da miséria e a capital do progresso. É curioso o espanto do repórter quando percebe que a favela surgiu justamente no Distrito Federal, um lugar que deveria ser exemplo de “beleza e civilidade”.

Como o jornal O Globo, outras publicações utilizaram o discurso higienista para justificar políticas públicas contra os morros. Anos antes, em 1908, a revista O Malho publicou uma ilustração em que o médico sanitarista Oswaldo Cruz usava um pente para eliminar pessoas que, tal qual piolhos, infestavam a cabeça de um homem malencarado. Na charge, o sujeito encarna o morro, e as pessoas, seus moradores.

Ao lado da imagem, a frase não deixava dúvidas: “A hygiene vai limpar o morro da Favela, do lado da estrada de Ferro.” Mais comedido, o Correio da Manhã informava em 1913 que, na Chácara do Céu, estavam sendo erguidas habitações como as encontradas no Morro da Favella⁹. A matéria, lembrou o repórter, não tinha como objetivo perseguir os moradores dessa localidade, mas garantir que “a hygiene lhes aconselhe da melhor maneira de ali viverem, sem pôr em perigo a sua saúde e a dos moradores do referido morro.”

Desde o início do século XX, a favela foi representada pela imprensa como celeiro de doenças e dos mais diversos vícios. Não é coincidência as matérias de O Globo, O Malho e o Correio da Manhã terem em comum o foco nas ações sanitárias que o poder público deveria empreender. Tampouco é aleatório o destaque dado à palavra “higiene” em todos os três textos. No final do Império e início da República, preocupações médico-sanitárias estavam na ordem do dia não só entre jornalistas, mas entre acadêmicos e formuladores de políticas públicas.

No livro “Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi”, José Murilo de Carvalho sublinha que, em 1891, a capital do Brasil – já às voltas com a malária e a tuberculose – foi tomada de uma só vez por uma epidemia de varíola e de febre amarela. A mortalidade naquele ano atingiu o seu mais alto índice. Eram 52

⁹ “Na chacara do Céu imitam-se agora as construcções da Favella e do Morro de Santo Antonio”. Correio da Manhã de 08/09/2019. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=favella. Acesso em: 08/09/2019

peças mortas a cada mil habitantes. “A cidade tornara-se, sobretudo no verão, um lugar perigoso para viver, tanto para nacionais quanto para estrangeiros” (CARVALHO, 1987, p.19) A situação era tão grave que o governo inglês concedia a seu corpo diplomático um adicional de insalubridade em razão dos perigos sanitários impostos pela capital.

Confrontado por esse cenário, a administração pública adotou uma série de medidas para estancar as epidemias. Buscava-se, ainda, aproximar o Rio de uma modernidade idealizada, fazendo da metrópole a Paris dos Trópicos. Para tanto, era importante pôr abaixo os cortiços, habitações coletivas que evocavam a um só tempo o passado colonial brasileiro e a miséria que vicejava na capital republicana. Fruto do rápido crescimento demográfico sem oferta adequada de moradia (CARVALHO, 1987), esses espaços eram vistos já no Império como um empecilho à saúde e à segurança da corte.

Segundo Benchimol (1992), em 1855, um fiscal da freguesia de Santa Rita apresentou à Câmara um projeto cujo objetivo era garantir a “salubridade, a moralidade e a faculdade de existência dos pobres” que moravam nesses lugares. Entre as medidas que os proprietários deviam seguir estavam a proibição de pessoas e animais no mesmo cômodo, a limpeza frequente do prédio e a instalação de depósitos para recolher lixo. O projeto previa ainda a construção de cortiços apenas mediante a autorização da Câmara e da Junta de Higiene Pública.

Ainda segundo Benchimol, em 1866, foi a vez do médico e vereador José Pereira Rego enviar à Câmara um projeto que buscava sustar o crescimento dos cortiços e “submeter a um rigoroso controle e padronização sua fisionomia arquitetônica, ‘corrigindo’ a irregularidade das edificações” (BENCHIMOL, 1992, p.131). A leitura do documento nos permite notar um claro desejo de promover reformas urbanas que embelezassem a cidade, como aquelas capitaneadas pelo Barão de Haussmann, em Paris.

Talvez a pedra fundamental da erradicação dos cortiços tenha sido lançada em 1893, com a destruição do célebre Cabeça de Porco, durante o governo Barata Ribeiro (1892 a 1893). Foi, contudo, na gestão Pereira Passos (1902 – 1906) que a demolição dessas moradias coletivas se tornou uma política de governo. Sob a égide da higiene e da modernidade, os cortiços foram destruídos em um movimento que entrou para a história sob o nome de Bota-Abaixo. Na cidade que nasceria dos escombros, a beleza seria uma constante e as epidemias deixariam de preocupar viajantes e diplomatas.

Entretanto, como demonstra Vaz (1994), as tentativas de sanear e embelezar o Rio de Janeiro tiveram um subproduto indesejado. Nesse período, as primeiras favelas surgiram para abrigar aqueles que a prefeitura expulsou. Ao tentar se livrar de um problema, Pereira Passos acabou criando outro incômodo para a elite carioca.

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade. (VAZ, 1994, p.588)

Após o Bota-Abaixo, a habitação popular por excelência deixa de ser uma construção e se transforma num território inteiro, materializado na imagem da favela (VAZ, 1994). Toda a carga simbólica que se tinha sobre os cortiços começa a orbitar os morros. Miséria e insalubridade são palavras que continuam na boca das pessoas e na pena dos jornalistas, mas dessa vez para descrever a favela.

Como nos explica Valladares (2005), o higienismo que culpa determinadas áreas pelos miasmas da cidade, sejam eles físicos, sejam eles morais, imprimiu sobre o morro “a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2005, p. 40). Com veremos, toda essa preocupação com a higiene não esteve dissociada das teorias raciais tão difundidas naquele começo de século. A elite acreditava que embelezamento urbano e melhorarias na saúde pública poderiam mitigar os prejuízos que a presença africana teria nos deixado. Retomemos, portanto, as ideias desses dogmas raciais, atentando para o modo como eles afetaram a favela e os seus moradores.

2.3 Quando o racismo virou ciência

As últimas décadas do século XIX testemunharam profundas mudanças na tessitura social do Rio de Janeiro. Segundo Carvalho (1987), entre 1872 e 1890, a população cresceu de maneira substancial, passando de 266 mil para 522 mil pessoas. A imigração teve papel central nesse aumento demográfico. Em 1880, 28,7% da população havia nascido no exterior, enquanto 26% tinha como origem outros estados do país. Já ao longo da última década do século XIX, a cidade assistiu à chegada de 200 mil novos habitantes.

Esse acréscimo populacional, bem como a abolição da escravatura, fizeram o número de desempregados e subempregados disparar. Segundo Carvalho, domésticos, jornaleiros e “trabalhadores em ocupações mal definidas” somavam 100 mil pessoas em 1890. Em 1906, esse número havia chegado a 200 mil indivíduos, que “viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas” (CARVALHO, 1987, p.17).

As transformações impostas pela Lei Áurea também se fizeram sentir em outras esferas da vida pública. À época, surgiram questionamentos sobre como introduzir nos critérios de cidadania e na lógica do trabalho assalariado um grupo racial que por três séculos foi desumanizado e tratado como mercadoria. De acordo com Schwarcz (1996), essas discussões, no entanto, tiveram vida curta. Elas logo seriam abandonadas em favor das teorias raciais que, desde os anos 1870, ganhavam corpo nos centros de ensino e pesquisa do país. Por sua vez, Da Matta (1987) demonstra que essas doutrinas raciais não nasceram no Brasil. Na verdade, elas foram concebidas na Europa, durante o século XVIII, mas só ganhariam fôlego no século seguinte, “na forma das teorias evolucionistas cientificamente respeitadas.”

Pensadores europeus teorizavam que o sucesso político e econômico do Velho Continente era sintoma de condições ambientais favoráveis e, claro, fruto da superioridade do homem europeu (SKIDMORE, 1977). Na direção inversa, países distantes da Europa e assolados pelo clima tropical estariam destinados ao atraso de forma irremediável. Não por coincidência, essas regiões eram justamente aquelas que haviam sido invadidas e pilhadas pela Europa a partir do séc. XV, ou seja, a África e a América Latina. “Assim, uma Europa em expansão encontrou uma *rationale* ‘científica’ para suas conquistas políticas e econômicas” (SKIDMORE, 1977, p.44).

Esse conjunto de teorias postulava alguns princípios sobre a humanidade, dentre os quais destacaremos dois. O primeiro diz respeito às enormes distinções entre as raças humanas, que poderiam ser de natureza temporal, espacial ou de ambas as categorias. “Daí a ilação de que as diferenças entre as sociedades e nações expressavam as posições biológicas diferenciadas de cada uma numa escala evolutiva” (DA MATTA, 1987, p.71). O determinismo é outra característica marcante dos dogmas raciais. Esse princípio ignorava a existência do livre arbítrio ao afirmar que os indivíduos nada mais seriam do que o efeito da raça a que pertencem. Isso implica acreditar que o grupo racial determina o comportamento e a mentalidade humana, aspectos forjados pela natureza biológica das espécies.

Negros e, sobretudo, mestiços seriam naturalmente inclinados à criminalidade, loucura, tuberculose e epilepsia, traços que se perpetuariam nesse grupo graças à hereditariedade (SCHWARCZ, 2017, p.53). Ainda no século XIX, o racismo científico foi vitaminado pela publicação de “A Origem das Espécies” (1859), obra do naturalista inglês Charles Darwin. Os conceitos do livro logo foram apropriados e aplicados às ciências humanas, chancelando as ideias sobre raça em voga naquele período.

O que valia para o reino animal passou então a valer para as comunidades humanas. “Dessa maneira, rapidamente expressões como ‘sobrevivência do mais apto’, ‘adaptação’, ‘luta pela sobrevivência’, escapavam do terreno precioso da biologia e ganhavam espaço nas demais ciências” (SCHWARCZ, 1996, p.83). Conhecida como darwinismo social, essa teoria pregava a primazia das raças “superiores” na luta pela sobrevivência, enquanto previa o desaparecimento dos segmentos “inferiores” por meio da seleção natural.

É válido destacar que a miscigenação era vista com escárnio pelos adeptos do racismo científico. Ao se misturar com “raças inferiores”, o branco macularia as boas qualidades que lhe seriam inerentes, colocando em risco a sobrevivência de sua civilização (DA MATTA, 1987). Com isso em mente, não é difícil inferir o destino do Brasil, um país multirracial por excelência.

De acordo com Schwarcz (1994), figuras como o zoólogo suíço Louis Agassiz e o diplomata Arthur de Gobineau – baluartes das teorias raciais – convergiam para a percepção de que o país seria um enorme laboratório étnico, uma nação de cores e características híbridas. Essa percepção, no entanto, não vinha sem críticas. Agassiz, por exemplo, fustigava as instituições brasileiras em seu livro “*A Journey in Brazil*” e acrescentava:

Outra característica que piora a impressão de um estrangeiro sobre o Brasil é a qualidade fraca de seu povo. Já afirmei isso antes, mas nas províncias do norte o fenômeno é mais evidente que no extremo sul. Não por acaso as crianças têm as mais diversas tonalidades; a variedade de cores nos lugares onde a escravidão prevalece conta a mesma narrativa sobre a amálgama racial; mas aqui a mistura de raças parece ter tido uma influência muito mais deletéria sobre o desenvolvimento físico que nos Estados Unidos. É como se a clareza do modelo tivesse sido borrada e o resultado fosse um composto vago, carente de caráter e expressão. (AGASSIZ, 1868, p.292)¹⁰

¹⁰ Tradução do autor. Versão original disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227369>. Acesso em: 10/09/2019

Postura semelhante adotou Arthur de Gobineau em relação à miscigenação brasileira. Autor de “*Essai sur l’Inégalité des Races Humaines*”, livro que responsabiliza a mistura de raças pela decadência civilizatória, ele esteve no Brasil a contragosto durante missão diplomática, em 1869. Sobre o país, Gobineau previu um futuro sombrio. Conforme cita Skidmore, o francês asseverava que, em dois séculos, o povo brasileiro teria desaparecido em virtude da mestiçagem.

A rejeição à mistura de raças não era uma exclusividade estrangeira. Juristas como Sílvio Romero e médicos a exemplo de Nina Rodrigues alertavam para os supostos efeitos nocivos da miscigenação (SCHWARCZ, 2018). Rodrigues, inclusive, lançou em 1899 um estudo intitulado “Mestiçagem, degenerescência e crime”, pesquisa que analisaremos no próximo capítulo. Para esses intelectuais, raça aparece “como uma espécie de danação, um encontro marcado com o desvio: a epilepsia, a loucura, a pederastia, a criminalidade, a tuberculose ou as marcas que se espalhavam pelo corpo” (SCHWARCZ, 2018 p.408).

Em seu “Estudos sobre a poesia popular do Brasil”, Sílvio Romero também desferiu duras críticas ao caráter multirracial do país. O jurista escreveu que o brasileiro descende de um ramo estragado e corrupto “da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas das raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os pelles vermelhas da America” (ROMERO, 1888, p.355). Ele afirmava ainda que a natureza informe do Brasil seria produto do “servilismo do negro, da preguiça do índio e do genio autoritário e tacaño do portugueses.”

Reflexo do tempo em que viveram, Rodrigues e Romero sintetizam como o pensamento social brasileira estava impregnado pelas teses do racismo científico. Ao importar essas teorias, a nossa elite intelectual não agia de forma ingênua ou irrefletida. Como nos diz Da Matta, as doutrinas raciais desembarcaram por aqui no período anterior ao 13 de maio e à Proclamação da República, um momento de crise aguda das hierarquias que há tempos organizavam a sociedade brasileira. Em meio a esse cenário, o fim da escravatura gerava especial apreensão. Temia-se que a estrutura social e econômica vigente se esfacelaria assim que o cativo tivesse fim.

Desse modo, se a ideologia católica e o formalismo jurídico que veio de Portugal não eram mais suficientes para sustentar o sistema hierárquico, era preciso uma nova ideologia. Essa ideologia, ao lado das cadeias de relações sociais dadas pela patronagem e que se mantiveram aparentemente intactas, foi dada com o racismo. (DA MATTA, 1987, p. 69)

Como desejava a classe dominante, o pós-abolição não testemunhou as mudanças sociais e econômicas previstas pelos abolicionistas. Conforme destaca Skidmore (1977), os escravizados libertos integraram-se à “estrutura social, multirracial e paternalista, que de há muito ensinara aos homens livres de cor os hábitos de deferência no trato com os empregadores e outros superiores sociais” (SKIDMORE, 1977, p.55). Paradoxalmente, ao lado do êxito alcançado pelos processos de abolição, o século XIX assistiu ao crescimento de um impulso que caminhava no sentido inverso – a conversão do preconceito racial em dado científico e conceitualmente legitimado.

O Brasil recebeu de braços abertos não só as doutrinas raciais, mas também suas pretensas práticas científicas. Quando Francis Galton – primo de Darwin – cunhou o termo eugenia, em 1883, a possibilidade de intervir nas populações humanas deixou de ser apenas um desejo. Já na composição da palavra é possível vislumbrar a meta da eugenia: “eu” significa boa; e “genia”, criação. Logo, o ideário eugênico almejava interferir na reprodução humana de modo a aperfeiçoar características físicas e mentais. Como a história nos ensina, foram enormes as consequências dessa pseudociência.

Nos Estados Unidos, milhares de pessoas foram esterilizadas para “melhorar a raça”, enquanto na Alemanha Nazista seis milhões de judeus pereceram nos campos de concentração. O Brasil, porém, seguiu uma tradução muito particular desses dogmas. Por aqui, adotou-se uma forma “branda” de eugenia (DÁVILLA, 2006; STEPHAN, 2004). Nesse contexto, os males dos indivíduos não eram apenas de ordem biológica, mas ensejados por condições sociais e ambientais. Espaços como a favela seriam considerados um risco à saúde do brasileiro e, por isso mesmo, um entrave ao desenvolvimento nacional.

2.4 Eugenia à brasileira

Segundo o brasilianista Jerry Dávila, no final do século XIX, a elite brasileira ia ao encontro do determinismo racial reinante na Europa: brancos de fato formavam uma casta superior, enquanto negros e mestiços constituíam uma população degenerada e cheia de vícios. Acreditar nisso, contudo, suscitava uma constatação pouco agradável. Implicava admitir que a natureza multirracial do brasileiro havia condenado o país a um eterno subdesenvolvimento.

Confrontada por esse incômodo prognóstico, a eugenia ganhou novos matizes por aqui. Ao contrário do que pregavam teóricos anglo-saxões, as elites nacionais passaram a acreditar que a degeneração não era um fenômeno biológico ou intrínseco ao sujeito, mas sim um processo social. Ora, se era socialmente adquirida, poderia ser revertida da mesma maneira.

A negritude ainda conservava todas as suas conotações pejorativas, mas os indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social. Inversamente, os brancos podiam degenerar por meio da exposição à pobreza, vícios e doenças. Em outras palavras, dinheiro, educação, *status* e celebridade e outras formas de ascensão social aumentavam a brancura. (DÁVILA, 2006, p.26)

Por essa razão, a favela e o cortiço passaram a ser uma ameaça àqueles que queriam um país pautado pelos preceitos positivistas da ordem e do progresso. Daí a preocupação do poder público em higienizar a cidade, sobretudo áreas consideradas propícias à proliferação de doenças. A eugenia à brasileira deixou de lado a sua versão mais extremada, apostando em uma política pública cujo mote pode ser resumido pela expressão “sanear é também regenerar”. Como reforça Stepan, o ideário eugênico se reconfigurou no Brasil e “procurou identificar-se com o saneamento. Sua linguagem era menos uma linguagem de seleção e genética que de reforma da saúde pública” (STEPHAN, 2004, p.360).

Se a eugenia adquiriu por aqui contornos mais “leves” foi tão somente por uma decisão pragmática. Conforme escreve Dávila, adotar uma eugenia rígida, de tipo anglo-saxão, significava impedir que metade da população se reproduzisse, algo pouco exequível. Dessa forma, a tradução brasileira dessa pseudociência estava de acordo com as ideias raciais da elite local, “que admitiam a inferioridade dos pobres e dos não-brancos e, ainda assim, buscavam a possibilidade de recuperar essa população e, conseqüentemente, a nação” (DÁVILA, 2006, p.32).

Outro tentáculo do ideário eugênico foi a política de embranquecimento posta em prática entre 1889 e 1914. Skidmore (1977) nos explica que essa teoria é própria do Brasil, não tendo sido adotada na Europa ou nos Estados Unidos. Imbuída pela ideia de superioridade branca, nossa classe intelectual despiu a miscigenação de seus aspectos mais negativos – típicos do racismo anglo-saxão – e atribuiu a ela uma espécie de antídoto aos males do Brasil.

Acreditava-se que o percentual de negros no país diminuiria gradualmente até ser superado pela população branca. Tal crença era movida pela fé de que a mestiçagem

trataria de diluir a presença afrodescendente até que o brasileiro fosse um povo inteiramente branco. Para alcançar esse fim, a imigração europeia foi vista como uma medida redentora, recebendo o aplauso de intelectuais e o estímulo de políticos.

Ainda que o embraquecimento não seja nosso objeto de estudo, é válido reproduzir brevemente o discurso que o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, proferiu no I Congresso Mundial das Raças, em 1911. Intitulado “Sobre o Mestiço do Brasil”, o documento muito nos ajuda a entender o papel reservado à mestiçagem como política de Estado, uma vez que a participação do médico foi financiada pelo governo de Hermes da Fonseca (1910 – 1914). Em seu discurso, Lacerda destaca a figura do mestiço e afirma que a seleção sexual cumprirá o objetivo de expurgar dele todos os “traços característicos do negro.”¹¹

Em sua fala, ele não deixou de criticar a população negra, segmento que viveria sem recursos para se manter, “refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização” (LACERDA, 1911, p.7). À extinção do negro, vinha se somar a imigração europeia, que sufocaria o que restou da herança africana no país. No espaço de cem anos, predizia o médico, o futuro do Brasil seria branco e vigoroso.

Nós já dissemos que o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população total do Brasil; quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos Anglo-Saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia. (LACERDA, 1911, p.8)

Longe de ser plenamente aceito, o mestiço era apenas suportado pela classe dominante; considerado um estágio incômodo, porém necessário, entre uma fase racial e outra. O discurso de Lacerda deixa patente que o objetivo não é integrar o fruto da miscigenação, e sim consumi-lo até que ele também desapareça. Sobre a situação do mestiço, Abdias Nascimento explica que a posição social desse grupo continua essencialmente semelhante à do negro: “Ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira

¹¹ Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>. Acesso em: 14/09/2019

institucionalmente branca” (NASCIMENTO, 2017, p.83). O intelectual acrescenta ainda que:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebida com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (NASCIMENTO, 2017, p.84)

A partir da tradução brasileira da eugenia, é possível perceber que o protagonismo da palavra “higiene” em matérias, reportagens e projetos de lei não é acidental. A preocupação sanitária estava em conformidade com a crença de que limpar e embelezar o Rio – a vitrine do Brasil – era uma forma de aproximar o país do conceito de modernidade e reverter uma suposta degeneração racial. Nessa perspectiva, espaços como a favela foram considerados danosos a um país que se pretendia branco na pele e europeu nos costumes. Para usar uma metáfora de Dávila (2006), nesse grande hospital em que o Brasil havia se transformado, a favela e o cortiço – os miasmas da cidade – deveriam ser eliminados para a cura de um povo cheio de vícios.

Para confirmar os impactos das teorias raciais sobre as favelas, basta lermos o primeiro recenseamento dedicado a esses espaços. No documento, as máximas da eugenia e do darwinismo social podem ser encontradas de forma abundante. Conforme destaca Valladares (2005), a Prefeitura do Distrito Federal publicou a pesquisa em 1949, período em que a eugenia já havia caído em descrédito. Apesar disso, ela não é menos explícita em seus esforços eugênicos.

Já nas primeiras páginas, o censo revela os objetivos que norteiam o estudo: fornecer instrumentos para que as autoridades possam “extinguir as favelas ou pelo menos sustar o seu desenvolvimento no Distrito Federal.” Ao constatar que esses aglomerados urbanos eram constituídos majoritariamente por pardos (36%) e por negros (35%), o documento conclui:

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados e desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população.¹²

¹² “Censo das Favelas: Aspectos Gerais”, 1949, Distrito Federal. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81075.pdf>. Acesso em 15/09/2019

Esse trecho resume à perfeição os preceitos do racismo científico. Afirmar que negros são hereditariamente atrasados faz crer que os traços indesejados desse grupo nada mais são do que fatos genéticos transmitidos geração após geração. É interessante mencionar como o texto usa a suposta falta de ambição do negro para justificar a pobreza a que ele está submetido. Há um apagamento dos processos históricos que dificultaram – isso quando não negaram – a ascensão social de pessoas negras, transformando a desigualdade numa espécie de desígnio biológico.

O caráter determinista do texto também salta aos olhos. Ao afirmar não ser surpresa a prevalência de pessoas não-brancas na favela, o estudo diz na verdade que os lugares naturalmente reservados ao afrodescendente são a favela ou a periferia. Por essa lógica, se a pessoa é negra, ela invariavelmente vai ocupar espaços de vulnerabilidade social. Isso, mais uma vez, não seria resultado de processos sociais e históricos, mas fruto do conformismo e da preguiça que impregnam o sangue africano, características que o estudo faz questão de ressaltar novamente:

O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica [...] Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então – e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade – priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafieira e nos cordões carnavalescos, gastando tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida do limiar da indigência.¹³

Aqui, é válido atentar para o uso das palavras “renascer” e “retornar”. Esses dois termos sugerem que, após receber uma liberdade mal aproveitada, o negro voltou a uma espécie de estado de natureza: atavicamente preguiçoso e dado à estagnação. É como se o branco europeu tivesse estendido a sua mão redentora ao negro, dando-lhe trabalho com que ocupar o corpo e a mente.

Não seria exagero afirmar que essa visão adocica o regime escravagista ao insinuar que o cativo disciplinou um grupo indulgente e dado à vadiagem. Como estudaremos no próximo capítulo, o pós-abolição de fato foi marcado por uma tentativa de disciplinar pessoas vistas como ociosas e potencialmente violentas. Mas, por ora, continuemos a analisar o recenseamento.

¹³ Ibidem

No documento, a frase “indivíduos de necessidades primitivas” é reveladora por dois motivos. Ela mostra que o censo estava bem alinhado com o conceito de evolucionismo social, que prega a superioridade do homem branco frente ao suposto primitivismo dos africanos. A expressão evoca também o pensamento segundo o qual o negro, tal como um animal irracional, seria movido acima de tudo pelo instinto, e não pelo livre arbítrio. Por fim, vale pontuar que questões morais e sanitárias são usadas como argumento para fustigar quem morava nos morros.

As conseqüências desse complexo de condições negativas não se fazem sentir apenas no campo da higiene, o desasseio é agravado pela promiscuidade e esta, reforçando a ação de outros fatores adversos, provoca lamentáveis conseqüências de ordem moral. Cresce de importância à luz dessas considerações o problema da moradia do favelado¹⁴.

A partir desse trecho, notamos como o racismo brasileiro pode ser contraditório. Boa parte do documento joga luz sobre o suposto caráter displicente e hereditariamente atrasado da população negra. Essas afirmações são expressas quase como um fato biológico inerente aos afrodescendentes. No entanto, a passagem acima destaca como a promiscuidade – termo que pode aludir tanto a habitações desordenadas quanto a comportamentos sexuais desregrados – é capaz de ensejar “conseqüências de ordem moral”.

Basta lembrar os preceitos das teorias raciais para saber quais conseqüências são essas: o alcoolismo, a preguiça, a loucura, a pederastia, entre tantas outras. Nota-se, portanto, uma aparente contradição. Por um lado, os vícios de ordem moral são considerados intrínsecos ao negro; por outro, eles são extrínsecos, adquiridos em razão da vida em um ambiente pautado pelo desasseio e pela promiscuidade.

Essa aparente contradição acontece porque o censo abarca a eugenia anglo-saxã no que se refere a seus aspectos biológicos e hereditários. Mas, ao mesmo tempo, reproduz a sua versão brasileira, ancorada na crença de que a degeneração é determinada, sobretudo, pelo meio social. Apesar dessa natureza contraditória, o documento é pautado pela ideia de que o negro mora na favela por preguiça ou falta de ambição. Mais uma vez, Abdias Nascimento nos fornece reflexões valiosas para desmistificar essa crença.

O escritor explica que o motivo de negros formarem a maior parcela dos favelados não é outro senão o racismo. Discriminados na hora de procurar trabalho

¹⁴ Ibidem

formal, esses indivíduos são levados a engrossar o contingente de trabalhadores informais, profissionais cuja renda tende a ser reduzida e oscilante. Tal quadro os obriga a buscar moradias baratas e que, preferencialmente, não cobrem taxas como luz e água. Eis por que a favela se torna uma opção viável para negros e negras.

Nesse panorama, a população afrodescendente se vê diante “de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiria melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive” (NASCIMENTO, 2017, p.101). Morar no morro não é uma escolha que nasce da preguiça ou da falta de ambição. É, antes de tudo, uma decisão racional e estratégica para sobreviver a assimetrias sociais e econômicas. Longe de ser um problema, a favela constitui solução para a vida em uma sociedade marcadamente desigual.

É oportuno lembrar que a criminalidade era outro estigma que pesava sobre as costas da população não-branca. Considerados delinquentes natos, esses sujeitos despertavam a apreensão da elite e a vigilância da polícia. Na medida em que era majoritariamente negra, a favela logo foi tratada como antro de malandros e marginais — crença legitimada e “comprovada” pela ciência de então. Nesse contexto, estavam lançadas as bases para o mito da classe perigosa.

3. Sob o peso da pena e o jugo da lei: a criminalização do corpo favelado

Lá pelas duas horas da tarde, Isaías Caminha recebeu uma intimação para ir ao posto de polícia. Devia depor sobre um roubo que ocorrera no Jenikalé, hotel em que decidira se hospedar. Ainda aturdido pela notícia, chegou à repartição, identificou-se e aguardou ser chamado. O relógio bateu quatro horas quando um escrivão saiu dos fundos da delegacia e, dirigindo-se ao inspetor, perguntou: “E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal mulatinho?” O mal-estar se instalou de pronto em Isaías. “Sentia na baixeza do tratamento todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar” (BARRETO, 2017, p. 128).

Ao afirmar ser um estudante, Isaías recebeu olhares de incredulidade do escrivão. Reação semelhante teve o delegado, mas dessa vez a incredulidade deu lugar a uma torrente de acusações: “Você não é estudante nem nada; não passa de um ‘malandro’ muito grande.” Após o protesto de Caminha, as ofensas só se avolumaram: “Não há patife, tratante, malandro por aí, que não se diga estudante” (BARRETO, 2017, p. 134). Embora não tenha tomado parte no roubo, Isaías terminou o dia preso por desacato a autoridade. No fundo de sua cela, resignou-se. “As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: A pátria!” (BARRETO, 2017, p. 135).

Como outras obras de Lima Barreto, “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1917) retrata o Brasil não do romantismo republicano, mas o país em que o preconceito e o patrimonialismo se fazem presentes em todas as esferas da vida pública. A discriminação a que Isaías é submetido constitui menos uma fabulação literária e mais um exemplo de como as teorias raciais categorizavam indivíduos por meio de traços fenotípicos.

Leitor e crítico dessas teorias, Lima sabia que, aos olhos da classe dominante, negros e mestiços eram inclinados à malandragem, isso quando já não haviam sucumbido à criminalidade. Para os “doutores” que justificavam preconceitos por meio da ciência, a ideia de um “mulato” letrado era verdadeiro contrassenso. Mais fácil era acreditar que alguém com a cor de Isaías devia ser um “malandro”, um “tratante”. Neste capítulo, procuramos entender como as dinâmicas raciais da República Velha fizeram das populações não-brancas uma questão de polícia. Almejamos analisar ainda o modo como esse fenômeno transformou o favelado em um bandido em potencial, alguém cujas ações deviam estar sob constante escrutínio.

3.1 As medidas do criminoso

Tentáculo do racismo científico, a antropologia criminal era uma pseudociência que acreditava ser possível identificar criminosos por meio de traços físicos e comportamentais. Representante máximo dessa escola, o italiano Cesare Lombroso escreveu em *L'uomo Delinquente* (1876) que a criminalidade era “um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento detectável nas diferentes sociedades” (LOMBROSO apud SCHAWRCZ, 1996, p.85). Para pôr em prática essa prevenção criminal, bastava atentar para estigmas de hereditariedade, ou seja, loucura, epilepsia e alcoolismo. Ao lado da antropologia criminal, a frenologia e a craniometria enxergavam na mensuração de crânios uma forma de avaliar as potencialidades físicas e morais de indivíduos e grupos sociais (SCHAWRCZ, 1996).

Capitaneada pelo médico Nina Rodrigues, a Faculdade de Medicina da Bahia teve papel fundamental para que esses saberes fossem popularizados no Brasil. Conforme nos explica Schawrcz, o objeto de análise da medicina legal baiana já não era o crime, mas sim o criminoso. Em um país estruturalmente racista, não tardou para que o negro resumisse em seu corpo o perfil do delinquente. No estudo “Mestiçagem, Degenerescência e Crime” (1899), Nina Rodrigues se refere a esse grupo como “produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores” (RODRIGUES, 2008, p.1161).

Na mesma pesquisa, o médico baiano salientava que a criminalidade é um traço recorrente entre “as pessoas de cor”, fato que corroborava a ideia de degeneração que se tinha sobre esse grupo. Cabe destacar que Rodrigues pregava a criação de códigos penais distintos para negros e brancos. Segundo ele, a evolução humana era tão heterogênea que não faria sentido aplicar o mesmo conjunto de regras para indivíduos em estágios evolutivos distintos. Supostamente alheios ao valor jurídico de seus atos, afrodescendentes deveriam receber um tratamento penal que melhor refletisse o seu caráter “primitivo”.

Se, de fato, a evolução mental na espécie humana é uma verdade, à medida que descermos a escala evolutiva, a mais e mais nós deveremos aproximar das ações automáticas e reflexas iniciais. Deste jeito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilizados, com o aparecimento de motivos psíquicos de uma ordem moral mais elevada. (RODRIGUES, 2008, p.29)

Não é sem razão o impacto que a palavra “mulato” – ainda usada no diminutivo – causou em Isaías. A personagem sabia, assim como sabia seu criador, que o termo fazia alusão à suposta inferioridade da população não-branca, crença tão em voga naquele início de século. Ser tachado de mulato era carregar um fardo que incluía a pecha de patife, tratante e malandro, como o delegado fez questão de ressaltar. A palavra mostra logo em sua etimologia que ser mulato também implicava perder a humanidade. De origem espanhola, o termo significa “jovem mula”, em referência ao fruto do cruzamento entre o asno e a égua.

Quando chegou ao Brasil, a antropologia criminal não ficou restrita à prática médica. Como nos mostra Rinaldi (2006), as faculdades de direito se valeram dessa teoria para criar “tipologias de delinquentes”. Baseadas em características físicas e comportamentais, essa técnica buscava identificar criminosos por meio dos estigmas lombroseanos, como tamanho do cérebro, das arcadas dentárias e da mandíbula. Embora datem da virada do século XIX, os preceitos da antropologia criminal ainda encontram ressonância nas faculdades de direito, motivo pelo qual juristas ainda lançam mão de estigmas e estereótipos em suas práticas profissionais.

Ao longo de um estudo conduzido em tribunais do júri, Rinaldi constatou que a fala de advogados continua a estabelecer uma relação estreita entre a aparência física e o comportamento social dos acusados. Frases como “ele não tem tipo de marginal”, usada para defender um réu branco, evidenciam “a crença implícita de que uma das marcas corporais de um criminoso é a cor da pele; isso porque existe um preconceito em relação ao negro difundido em nossa sociedade” (RINALDI, 2006, p.317). Na República Velha, o estereótipo do criminoso não era tido como preconceito racial, mas como uma tese cientificamente respeitada.

Conforme sustenta a antropóloga Olívia Maria Gomes da Cunha, tal como a prevenção de doenças, o crime poderia ser contido por meio da “profilaxia social”. Era preciso apenas identificar os vetores de contágio e os elementos contaminados, “tarefas para as quais se impunham medidas preventivas. A identificação estaria para a Justiça assim como o saneamento para a higiene” (CUNHA, 2002, p.267). Em uma sociedade que poderia ser infectada pelo crime, o negro era o paciente zero; e a favela, o ambiente onde o mal se proliferava. Para entender esse processo de criminalização do morro e de seus habitantes, é válido darmos um passeio pela imprensa da República Velha.

3.2 Os indisciplinados

De acordo com Marialva Barbosa (1997), na primeira década do século XX, os veículos impressos exerciam grande influência sobre o cotidiano do Rio de Janeiro. À época, cinco periódicos disputavam a preferência do público: Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Jornal do Commercio, O Paiz e Gazeta de Notícias. Juntos, eles vendiam cerca de 150 mil exemplares em uma metrópole cuja população chegava a 691. 565 habitantes. Ainda que o analfabetismo no Distrito Federal alcançasse índices elevados, a importância dos jornais não era menor. Barbosa nos lembra que esses veículos eram mais vistos e ouvidos do que propriamente lidos, de modo que os impressos preservavam certa primazia no ato de informar.

A partir de 1880, esses jornais empreenderam uma série de mudanças com o objetivo de fidelizar e ampliar o público leitor (BARBOSA, 1997). Entraram em cena entrevistas na primeira página, as colunas fixas para separar notícia e opinião e, claro, as matérias de cunho policial e sensacionalista. Palavras como sangue e crime estampavam em letras garrafais títulos e subtítulos. Descrições que flertavam com o grotesco se multiplicavam na hora de relatar os pormenores de assaltos, assassinatos e brigas conjugais. Não raro, o morro era o pano de fundo para essas tramas; e os favelados, seus protagonistas.

O Jornal do Brasil do dia 23 de novembro de 1903 ilustra bem esse fenômeno. Na ocasião, uma matéria de capa intitulada “Os Crimes do Favella” esmiuçava um assassinato que havia ocorrido ali no dia anterior. Logo pelo título é possível inferir que o objeto do texto não será qualquer delito, mas a recorrência de comportamentos criminosos na região, o que se confirmará ao longo da matéria.

Além disso, ao afirmar que os crimes são “*do Favella*”, o jornal faz crer que o delito não foi cometido na Favella, mas pela Favella. Esse procedimento acaba por transformar o local no agente de ações criminosas, estigmatizando a um só tempo a comunidade e os seus moradores. Como era comum à época, a matéria começa com um longo prólogo – ou um nariz de cera – detalhando o histórico do Morro:

Por diversas vezes, narrando crimes nele praticados, descrevemos o que é o morro do Favella, ali, no coração da cidade, próximo à Estrada de Ferro, junto à rua da América. Poucos, dos que habitam esta vasta metrópole, conhecem, a não ser pelas descrições dos jornais, o que seja esse morro outrora da Providência, por ser um prolongamento desse nome, e que, depois, finda a campanha de Canudos, foi

chrisnado pelo nome de morro do Favella pelos soldados que de lá regressaram, e que, em grande parte, nelle residem.¹⁵

De forma inadvertida, a primeira frase do texto revela que o JB tinha como hábito descrever a Favella por meio dos crimes ali praticados. É como se a única narrativa possível para esse território fosse a violência e os dramas cotidianos. A matéria também nos traz outro dado interessante. Ao afirmar que poucas pessoas conhecem a Favella por outro meio que não seja pela imprensa, o repórter mostra plena consciência de sua importância junto à população. Ele sabia que as letras impressas no papel intermediavam e traduziam realidades distintas para um público amplo e heterogêneo.

Era nos periódicos que o leitor encontrava uma espécie de portal para espaços a que ele não tinha ou não queria ter acesso. A partir de sua interpretação sobre o cotidiano urbano, a imprensa propagava ideias e as transformava em consensos, evidenciando que “expressar conceitos e opiniões era, de fato, possuir poder” (BARBOSA, 1997, p.90). É também Barbosa quem nos fala sobre o controle social exercido por esses periódicos, uma vez que suas páginas disseminavam normas e comportamentos a serem adotados pelo conjunto da sociedade. Por meio da matéria que analisamos, é possível notar que o JB buscava incutir no leitor uma postura de constante desconfiança em relação aos favelados:

No coração da cidade, dissemos, e, no entanto, della parece distar muitas leguas, pois que alli não ha ruas, não ha casas, não ha luz, não ha canalisação de agua nem de esgoto. E no entanto, é muito habitado, mas por uma população desclassificada, um mixto de *vagabundos, de fascinoras, de desordeiros; o deseortor* do exército ou da armada. (Grifos do autor)

Salta aos olhos o uso abundante de termos pejorativos para descrever o favelado, prática que não era restrita ao Jornal do Brasil. Em 24 de fevereiro de 1904, o Correio da Manhã noticiou uma operação do Morro da Favella, na qual caracteriza o lugar como “ponto de reunião de ladrões e facínoras que infestam a nossa capital, alarmando com suas façanhas a população.”¹⁶ Já como analisou Rocha (2017), a Revista Careta do dia 04 de dezembro de 1909 afirmava que, embora haja indivíduos honestos, “a Favella é um antro de faccinoras e deve ser arrasado para decencia e hygiene da Capital Federal”.

¹⁵ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%201900&pesq=favella. Acesso em: 24/09/2019

¹⁶ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%201900&pesq=favella. Acesso em: 24/09/2019

Por fim, uma reportagem do jornal O Paiz de 05 de julho de 1909 intitulada “Samba da Morte” nos fornece elementos úteis para compreender os estigmas que orbitavam em torno dos favelados e de suas manifestações culturais. Expressões artísticas que, vale dizer, também fazem parte da cultura afro-brasileira.

Todos sabem o que é o morro da Favella, e se nos affigura tarefa pouco difficil de poder qualquer pessoa aquilatar do pessoal que ali faz ponto e ainda melhor do que toma parte desses sambas, verdadeiras dansas macabras. O morro da Favella é composto de pequenas choças infectas, que de ha muito vem reclamando medidas severas das autoridades sanitarias. É forçoso dizer, porém, que o pessoal que ali reside, na sua maioria individuos de má nota e positivamente vagabundos e desordeiros, tem se mantido sempre em attitude ameaçadora contra qualquer autoridade que ousa andar por lá.¹⁷

Todas essas matérias reproduzem de maneira recorrente a ideia segundo a qual os habitantes do morro são “vagabundos, desordeiros e facínoras”. Avolumam-se sobre o corpo favelado, que também é o corpo negro e mestiço, os comportamentos que as normas sociais rechaçam. Aos olhos da classe dominante, o que Foucault chamou de poder disciplinar parece não se estender às populações faveladas.

Como defende o autor de “Vigiar e Punir”, a disciplina tem como objetivo fabricar um sujeito útil, isto é, aquele indivíduo que se converteu em força de trabalho a serviço da lógica produtiva. Para que isso aconteça, é necessário forjar um corpo dócil, “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987 p.163). O corpo só pode ser útil, escreve Foucault, se ele for de uma só vez corpo produtivo e corpo submisso.

Ainda segundo o filósofo, o sucesso do poder disciplinar é resultado do exame, do olhar hierárquico e da sanção normalizadora. São estabelecidos padrões que devem ser incorporados pelo conjunto da sociedade, de modo a orientar esse processo de sujeição. Tal fenômeno retoma as reflexões de Barbosa (1997) sobre o papel normalizador da imprensa no contexto da República Velha. A classe dominante se valia do prestígio e do poder simbólico conferido ao jornalista para difundir normas e consensos, “cujo fim último era perpetuar a dominação de classe.” (BARBOSA, 1997, p.92). Em uma sociedade disciplinar, os corpos desviantes e insubmissos – os marginais – constituem elementos sujeitos à punição.

¹⁷ Disponível: <http://memoria.bn.br/Doc Reader/ DocRea der. Aspx ?bib= 1786 91 03&P agFis=2 9 9 5 &Pesq=favela>. Acesso em: 26/09/2019

Esse castigo, porém, não vem apenas sob a forma de armas e cassetetes. O modo como a disciplina recompensa é também o modo como ela pune. Para tanto, é construído um sistema de classificação que hierarquiza indivíduos, valorizando alguns e degradando outros. Não é à toa a profusão de termos depreciativos usados pela imprensa na hora de descrever as populações faveladas. Ainda que por meio da palavra, criar estigmas era uma forma de castigar de forma simbólica esses corpos insubmissos.

Também não é aleatório o uso da palavra “desordeiro” para classificar quem habitava o morro. O termo faz alusão justamente a pessoas que não estão sujeitas a ordem e ao controle impostos pelas dinâmicas produtivas. Embora não tenham escolhido ficar à margem do capitalismo, esses corpos desviantes serão punidos duplamente — pela pena dos jornalistas e pelo cassetete da polícia.

Vale destacar que o trabalho assume papel basilar nas sociedades disciplinares. Quanto menor o tempo ocioso, menores são as chances da indisciplina e da falta de controle se instalarem. A ocupação vira, portanto, um índice capaz de determinar o quão bem ajustado uma pessoa está às regras sociais. O contrário também é válido. O desemprego, quaisquer que sejam os motivos, será condição propícia para a desordem e, em última instância, para a criminalidade:

A ideia de que existem agrupamentos sociais que não têm o que fazer nem como ocupar seu corpo e seu tempo nos momentos de lazer implica considerá-los propensos a uma inadequação às normas sociais. A consequência lógica desse tipo de raciocínio é que os indivíduos que fazem parte desses agrupamentos tendem a comportar-se indisciplinadamente, porque tendem a dar vazão aos seus desejos. (RINALDI, 2006, p.313)

Ao caracterizar o favelado como “vagabundo”, é seguro dizer que a imprensa sinalizava a seus leitores a suposta natureza ociosa dessa população. Com a mente e o tempo vazios, o favelado – considerado propenso ao crime sob a ótica das teorias raciais – encontraria abundantes oportunidades para pôr em prática o seu caráter degenerado. Entendemos que os jornalistas associavam o favelado à vadiagem e à violência não por motivos concretos, na medida em que não eram apresentadas estatísticas para corroborar tais teses.

Na verdade, o que embasava essas crenças era um saber médico-científico que enxergava em negros e mestiços especial propensão à criminalidade. Como o morro servia de abrigo para essa população, foi fácil associar o favelado à noção de classe perigosa. O perfil dos jornalistas também nos ajuda a entender por que a imprensa disseminou o mito da marginalidade. Como nos explica Barbosa (1997), grande parte

desses profissionais ingressava nas redações entre os 16 e os 22 anos ainda na faculdade de Direito ou de Medicina.

Como já vimos, ambos os cursos receberam com grande euforia os dogmas raciais sobre a inferioridade do negro e a sua natureza criminosa. Assim, parece lógico supor que os jovens repórteres levassem essa bagagem teórica da faculdade para a redação, interpretando a favela por meio do que lhes era ensinado. A criminalização do favelado, no entanto, não se limitou à imprensa. Formuladores de políticas públicas criaram todo um arcabouço jurídico para vigiar e controlar esses sujeitos “indóceis”.

3.3 Leis exemplares para corpos indisciplinados

Levar uma vida em desconformidade com aquilo que é considerado normal, isto é, ter residência fixa, uma família nuclear e, sobretudo, um trabalho permanente, era o suficiente para ser visto como um corpo suscetível à indisciplina. O vagabundo – aquele que vaga sem destino, o andarilho – despertava tamanha desconfiança que o Código Penal de 1890, o primeiro da era republicana, dedicou um capítulo inteiro a ele e ao capoeira, outra figura a perturbar a tranquilidade da elite nacional.

A falta de emprego e a ausência de residência fixa, diz o texto, a ocupação ilícita ou “ofensiva da moral e dos bons costumes” será punida por até 30 dias de detenção¹⁸. Já aquele que for condenado como vadio ou vagabundo será obrigado a assinar um termo para assumir um serviço em até 15 dias. Essas linhas nos permitem confirmar a centralidade do trabalho na dinâmica social brasileira. Tal relevância não tinha apenas um caráter socioeconômico, mas também uma dimensão simbólica. Desempenhar um trabalho era estar um pouco mais longe da categoria de vadio e, por conseguinte, dos preconceitos inerentes a essa classificação. Sobre aqueles pegos vadiando, incidiam duplamente a vergonha do estigma e o peso da lei.

Há de se considerar também que as sanções expressas no código penal não tinham por objetivo apenas a punição. Conforme nos lembra Foucault, os castigos impostos pelos regimes disciplinares almejam eliminar desvios e, por isso, são fundamentalmente corretivos. Ao lado de punições inspiradas no universo jurídico,

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 28/09/2019

como prisões e multas, os sistemas disciplinares “privilegiam as punições que são da ordem do exercício — aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido” (FOUCAULT, 1987, p.204).

Sob essa ótica, obrigar o sujeito enquadrado como vadio a procurar ocupação é uma forma de corrigir desvios e evitar que eles voltem a acontecer. O mesmo pode ser dito sobre os reincidentes, que eram enviados a colônias correccionais a fim de serem regenerados. Conforme nos diz Cunha, o nome desse tipo de órgão já permitia antever seu objetivo, ou seja, corrigir e reabilitar quem era pego vadiando, submetendo essas pessoas a um “regime disciplinar, curativo e educacional” (CUNHA, 2002, p.434).

Além de punir a vadiagem, o código penal de 1890 criminalizava o exercício da “capoeiragem”. De acordo com Pires e Soares (2018), a prática era alvo de repressão desde o Império, mas foi apenas na República que entrou de vez no código penal como um crime passível de dois a seis meses de prisão. Entre 1890 e 1938, escrevem Pires e Soares, foram identificados no Rio de Janeiro cerca de 560 processos-crimes contra quem praticava a capoeira.

Grande parte dos processados eram homens que trabalhavam na rua, enquanto as áreas que concentravam o maior número de capoeiristas eram, entre outras, o Morro da Favela e o da Providência. Embora documentos mostrem a presença da capoeira entre a classe trabalhadora, a prática “foi associada, por boa parte das instituições sociais, aos vadios, criminosos e à negritude” (PIRES; SOARES, 2018, p.141).

A criminalização da capoeira e, sobretudo, da vadiagem não foi um fenômeno aleatório. Perseguir pessoas consideradas vadias era, antes de tudo, sintoma das apreensões de uma elite confrontada pelo fim do sistema escravocrata. Como destaca Cunha (2002), apenas dois meses após a promulgação da Lei Áurea, o parlamento já discutia um projeto para tornar o ócio uma infração. A medida tinha o objetivo claro de controlar e disciplinar os contingentes de ex-escravizados que chegavam às cidades.

Em um país onde as dinâmicas do trabalho não mais seriam reguladas pela escravidão, temia-se que os ex-cativos e seus descendentes sucumbissem à indolência, tal qual pregava a ciência da época. Ainda segundo Cunha, ao Estado coube reprimir aquilo que era visto como uma mistura perigosa de miséria e falta de vontade para o batente.

O vício e o ócio, em vez de possível decorrência da falta de trabalho, representam a negação da ‘ordem pública’. Cada vez mais de panaceia para a moralidade e o bem-estar da vida pública, uma determinada representação em torno do *homem produtivo* através do

vínculo com o trabalho passa a ser prescrita para *indivíduos viciados* (CUNHA, 2002, p.381 grifos da autora).

O conceito de ócio começa a figurar não como a ausência de ocupação, mas como um estado em que o sujeito recusa obter meios para se sustentar e nega a vida em sociedade. Quem é classificado como vadio quebra um pacto social e deixa de partilhar dos direitos oferecidos àqueles que exercem uma profissão (CUNHA, 2002). Fugir ao trabalho é ser enredado pelos instrumentos disciplinares do Estado e perder de vista a cidadania. A desocupação se torna, desse modo, “um delito e uma tendência delinquencial” (CUNHA, 2002, p.381). Indo além, a ociosidade vira uma espécie de patologia com o potencial de infectar a tudo e a todos.

De um lado do debate, estavam os médicos, que pretendiam combater esse mal por meio de programas eugênicos e medidas de higiene pública. No outro extremo, havia os legisladores, apregoando a importância da lei para eliminar a indulgência. A ociosidade vira, portanto, alvo de um sem número de classificações médicas e jurídicas. É criada também uma relação estreita entre pobreza e periculosidade, crença que dá origem a “um poderoso discurso de ordenamento e disciplinarização tanto do espaço público quanto dos indivíduos” (CUNHA, 2002, p.398).

3.4 Guerra à cidade negra

Ordenar e disciplinar a capital republicana também era uma forma de controlar aquilo que Chalhoub (1988) chamou de cidade negra. Segundo o historiador, sob o Rio de Janeiro, estendia-se um território dotado de dinâmicas muito particulares, costuradas por mãos negras ao longo das “lutas subterrâneas e silenciosas” contra a escravidão.

Quando confrontada por esse território, a elite teve medo. E ao temer, decidiu lançar mão de um discurso civilizador para justificar “suas ações contra a cidade negra. Agiram em nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso e da civilização. Jamais admitiram que eram movidos também pelo medo” (CHALHOUB, 1988, p.104). Embora não houvesse notícia de um levante negro na corte durante o século XIX, o pânico de uma possível insurreição não arrefecia:

O medo de que isso ocorresse era sólido como rocha, e era realimentado de vez em quando por notícias de haitianos passeando pelas ruas da Corte, por revoltas urbanas em outros lugares, ou pelos rumores de uma conspiração internacional para subverter as sociedades escravistas. E havia o medo cotidiano e corrosivo daqueles negros que podiam ministrar veneno em remédios ou dar facadas, sendo perfeitamente conscientes e capazes de explicar o que estavam fazendo. (CHALHOUB, 2002, p.104)

Driblar esses temores implicava destruir a cidade negra, isto é, pôr abaixo suas moradias e perseguir seus habitantes. Não à toa, os anos iniciais da República assistiram à disparada das prisões por vadiagem, sobretudo durante o governo Pereira Passos. De acordo com Roorda (2017), em 1901, foram 12 processos contra vadiagem na freguesia de Santana, área que atualmente engloba a Cidade Nova, o Santo Cristo e a Central do Brasil. Já em 1902, esse número sobe para 38 casos, e segue em curva ascendente até disparar em 1904, quando 277 pessoas foram processadas. Não podemos esquecer que nesse ano houve a Revolta da Vacina, movimento que foi classificado por Chalhoub como um dos últimos gritos de protesto da cidade negra clássica.

Os temores da elite econômica espelhavam ainda o perfil racial de quem era preso por vadiagem. A partir de dados analisados por Cunha (2002), é possível notar que a população interna da Colônia Correccional de Dois Rios era constituída em 1918 por 279 negros (soma de pretos e pardos), e por 170 brancos. Já estatísticas examinadas por Bretas (1997) mostram que, nos primeiros anos da República, a vadiagem tinha tanto um face racial quanto um aspecto de gênero.

Entre 1908 a 1918, as mulheres representaram 20% das prisões por contravenção, mais de 90% desses casos envolvia a acusação de vadiagem. No que se refere ao recorte racial, Bretas constatou que 68% das mulheres classificadas como vadias eram não-brancas. Surpreende também a super-representação das negras entre as detidas. Elas somavam 38,72% das prisões, mas representavam apenas 14% da população.

Com todas essas reflexões em mente, notamos que a República Velha foi atravessada pela tentativa de criminalizar a negritude. O processo tinha como objetivo não declarado promover o controle de sujeitos que poderiam colocar em risco privilégios sociais e econômicos. Como resultado, a região onde essas pessoas moravam foi considerada uma área proibida.

Em um momento, temia-se contrair doenças físicas e morais; em outro, o medo era ser vítima dos “criminosos” que infestavam essas localidades. Forjado pela elite ao longo de anos, os mitos sobre a favela foram cravejados de preconceitos e estereótipos.

Com o auxílio da imprensa, tais crenças já não eram consideradas opiniões, e sim verdades inquestionáveis. Cedo ou tarde, as consequências da marginalização se fariam sentir.

4. O Rio decide despejar a favela

O fogo começou de madrugada¹⁹. Alimentado pelo vento, ele se impôs rapidamente sobre a Praia do Pinto. Consumiu barracos de madeira, fez explodir botijões de gás e iluminou durante horas o céu da Zona Sul. Em meio às chamas, os moradores tentaram retirar seus pertences mais valiosos. Alguns salvaram geladeiras e televisores. Outros, o fogão e a máquina de costura. Houve quem poupasse das chamas o presente do dia das mães, comemorado naquele 11 de maio. A maioria, no entanto, perdeu tudo.

Enquanto a favela ardia, as calçadas ficavam apinhadas de gente. Famílias montavam guarda para proteger pertences, pessoas lamentavam a destruição de suas casas e mulheres exortavam os maridos a salvarem outros objetos. Às 10h, quando o incêndio foi debelado, 800 barracos haviam sido destruídos e cinco mil pessoas estavam desabrigadas. Conforme orientou a Secretaria de Serviços Sociais, elas deveriam ser encaminhadas aos conjuntos habitacionais recém-construídos na Zona Norte e Oeste. E assim foi feito. Nos dias seguintes ao incêndio, os desabrigados foram transportados em caminhões de lixo para conhecer seus novos endereços (PERLMAN, 1977).

Tanto pela magnitude quanto pelo simbolismo, o incêndio que devastou a favela Praia do Pinto em 1969 é um fato emblemático a quem se debruça sobre a política de remoções. Considerada uma das principais comunidades da cidade, a Praia do Pinto tinha uma localização privilegiada. Ficava incrustada entre o Leblon e a Lagoa, as duas joias da Zona Sul carioca. Justamente por isso ela foi a primeira a ser removida pela Coordenação de Habitação de Interesse da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), uma autarquia criada pelo governo militar para eliminar as favelas (BRUM, 2012). À época, argumentava-se que a transferência era a única solução para a favela, uma vez que a área não seria urbanizável.

De acordo com Perlman, em 1969, os moradores da comunidade se recusaram a trocar suas casas pelos conjuntos habitacionais. No mesmo ano, qualquer possibilidade de resistência foi eliminada por força das chamas. Não restou alternativa às famílias

¹⁹ Descrições feitas a partir de matérias de O Globo e do Jornal do Brasil. Disponíveis em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=favela%20praia%20do%20pinto e em <https://ace.rvo.org/lobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=favela+praia+do+pinto&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1969&mesSelecionado=&diaSelecionado=>. Acesso: 02/10/2019

senão procurar abrigo nos prédios construídos pelo Estado. Anos depois, sobre o terreno onde existia a Praia do Pinto, foi erguido um grande condomínio para a classe militar (PERLMAN, 1977).

O modo como os fatos se desenrolaram lançou as pessoas em um inevitável estado de desconfiança. De um acidente, a tragédia logo passou a ser vista como resultado de uma ação deliberada para acabar de vez com a favela. Em primeiro lugar, o corpo de bombeiros demorou mais do que o habitual para aparecer, conforme escreveu Perlman. Em um segundo momento, os relatos da época diziam que o incêndio havia começado em uma área já desocupada da comunidade. Esse cenário enfraquecia a possibilidade de um acidente doméstico. Para sacramentar as desconfianças, o fogo jogou por terra a resistência ao programa de remoções, o que muito beneficiava o poder público. O desastre logo foi considerado uma ação intencional para promover a tão almejada “limpeza urbana” da Lagoa.

Em uma pesquisa conduzida por Brum, essas desconfianças em relação à natureza do incêndio foram confirmadas. O pesquisador entrevistou antigos moradores da Praia do Pinto e constatou que a maioria acreditava que o fogo havia sido planejado para expulsá-los da favela e, conseqüentemente, da Zona Sul. “Assim, mesmo entre aqueles que narram a remoção de forma positiva, a tratam como uma imposição, alheia à vontade dos moradores em ir para o conjunto” (BRUM, 2012, p. 8). Ao longo dos relatos, o nome da ex-deputada Sandra Cavalcanti surgiu com alguma recorrência. Durante as conversas com o pesquisador, os entrevistados atribuíram o incêndio à parlamentar, que foi secretária de Serviços Sociais do governo Carlos Lacerda e uma das vozes mais ruidosas em defesa das remoções.

Esta leitura quase unânime do incêndio como criminoso (os que não a corroboram, também não a refutam) demonstra o trauma da remoção, da expulsão dos moradores para mais de trinta quilômetros de distância. E a vinculação de Sandra Cavalcanti com o incêndio demonstra uma memória em que o Estado possui uma permanente intenção em acabar com a favela, que foi finalmente levada a cabo pelo fogo, dando à remoção, independente das memórias sobre a chegada e os primeiros anos no lugar, o caráter de uma imposição. (BRUM, 2012, p. 11)

A maneira como a transferência da Praia do Pinto se deu sintetiza os modus operandi das políticas remocionistas. O movimento não primava pelo diálogo com os moradores, atuando para eliminar qualquer foco de resistência às determinações do governo estadual. Lembremos que a recusa da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) em aceitar os termos da remoção foi recebida com

indisfarçável truculência. Segundo Perlman, no ano anterior ao incêndio, os líderes da entidade foram presos e ameaçados. Se continuassem a se opor às remoções, as consequências seriam severas.

Fato é que os moradores da Praia do Pinto e de outras tantas favelas pouco tinham a fazer frente às vontades do Estado. Estávamos, afinal, na Ditadura Militar, período em que qualquer forma de resistência ao governo era vista como um ato subversivo e passível de punição. Além disso, Valladares (1980) explica que os políticos que faziam da favela curral eleitoral por meio da concessão de benesses haviam se distanciado. Em um contexto onde o voto direto era letra morta, a favela havia perdido sua importância político-eleitoral e, por consequência, uma das poucas interlocuções com o Estado de que dispunha.

Já em 1967, o decreto 870 colocou as associações de moradores sob a batuta do governo estadual. As diretorias desses órgãos foram desfeitas e substituídas por juntas escolhidas pela Secretaria de Serviços Sociais e das Administrações Regionais (VALLADARES, 1980). Ao enfraquecimento das redes comunitárias, somou-se a cooptação das lideranças locais, que passaram a convencer os mais relutantes a abandonarem suas casas. Uma vez livre de resistências, o caminho estava aberto para a administração pública colocar em prática um plano ambicioso – eliminar até 1976 todas as favelas do Rio de Janeiro.

4.1 Uma política urbana dividida

Antes de estudarmos as remoções, é válido compreender que essa medida não nasceu nos anos 1960, tampouco era uma forma unânime de lidar com as favelas. Conforme analisamos nos dois capítulos anteriores, os territórios favelizados foram vistos como um problema já em sua origem. Assim, foi lógica a criação de posturas municipais para dar conta dessa questão urbana. Valladares (2005) escreve que o reconhecimento institucional do morro se deu em 1937, com o Código de Obras elaborado pela Prefeitura do Rio.

Sob o título “Extinção das habitações anti-higiênicas”, o capítulo em que a favela é oficialmente reconhecida é também aquele que prevê a sua eliminação. Além de proibir a construção de novos barracos, o documento estabelecia o embrião do movimento remocionista: “A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do

capítulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo”.²⁰

Contudo, remover as favelas não foi uma ideia inaugurada pelo Código de Obras. Na década de 1920, a intelectualidade carioca já vocalizava o desejo de se ver livre do morro e de seus moradores. Essa vontade foi impressa entre 1926 e 1927 nas páginas dos principais jornais da cidade. Durante esse período, o médico Augusto de Mattos Pimenta capitaneou uma das primeiras campanhas para pôr abaixo as favelas cariocas (VALLADARES, 2005).

Ilustre membro da elite, Mattos Pimenta publicou uma série de artigos em veículos como O Globo e o Jornal do Brasil defendendo medidas urgentes contra aquilo que chamou de “lepra estética.” Em 18 de novembro de 1926, o Correio da Manhã reproduzia na íntegra um discurso proferido pelo médico no Rotary Club do Rio de Janeiro. Intitulada “Acabemos com as ‘Favellas’”, o eixo central da matéria é a crença higienista que transforma essas regiões em uma patologia altamente contagiosa:

É mistér que se ponha paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylatica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagelo das "favellas" - lepra da esthetica que surgiu ali no morro entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida dos Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miseria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prodiga de bellezas: morros do Leme, de Copacabana e de Ipanema, praia do Leblon, margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, Gávea etc²¹

No dia seguinte à matéria, o Correio da Manhã publicava um artigo não apenas defendendo as propostas do médico, mas apontando um destino às pessoas que foram removidas de suas casas. Segundo o jornal, todo aquele que fosse despejado, “mesmo arruinado e infectado, tem direito a uma situação melhor. E para essa complementar providência de reparação que lembramos, ao prefeito, a existencia de uma pequena villa em construção, pertencente ao Patrimonio municipal.”²² Após a publicação do Código de Obras, a construção de vilas para substituir as favelas de fato daria a tônica das políticas em relação a esses espaços.

De acordo com Burgos (2006), a década de 1940 foi marcada pela criação dos Parques Proletários, vilas que tinham por objetivo tirar do Centro áreas consideradas

²⁰ Disponível em: www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4868406/4128397/codigo_obras_1937_parte_1.pdf. Acesso em: 04/10/2019

²¹ Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=mattos%20pimenta. Acesso em: 04/10/2019

²² Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=mattos%20pimenta. Acesso em: 04/10/2019

insalubres e expandir a cidade para outras regiões. De 1941 a 1943, os Parques Proletários foram erguidos na Gávea, no Leblon e no Caju, abrigando cerca de quatro mil removidos. Para receber o direito de morar nessas unidades, era necessário obedecer a uma série de regras.

Como escreveram Leeds e Leeds, os moradores precisavam atestar bons antecedentes criminais, registrar-se na delegacia e fazer uma identidade para atravessar os portões, que eram fechados pontualmente às 22h. Além disso, com um megafone em punho, o administrador do Parque informava às 21h os acontecimentos do dia, sem deixar de proferir um sermão de natureza moral e política.

Os parques proletários eram em grande parte uma criação do período do Estado Novo de Vargas, que combinava controles administrativos, “consciência” social governamental, retórica corporativista e a reverência da parte do proletariado por “pai Gegê”, tido quase como um santo. (LEEDS E LEEDS, 2015, p.253)

Quem deixava a favela em direção aos parques precisava se sujeitar a um cotidiano que muito lembrava o panóptico teorizado por Foucault – uma estrutura pautada pela vigilância, em que controle e disciplina são uma constante. Os Parques Proletários inseriam-se também em uma tentativa de prover assistência e educação aos ex-favelados (VALLADARES, 2005). Por trás dessa prática, estava a percepção de que ao Estado cabia dar instrumentos para depuração física e moral dos indivíduos. Esse processo nos leva de volta aos dogmas eugênicos, os quais pregam a importância do meio social para a reversão de supostos males biológicos.

Sob essa ótica, todos os instrumentos de controle postos em prática nessas unidades habitacionais tinham por objetivo expurgar do favelado seus “vícios” de origem, forjando nele os preceitos de uma vida ordeira e saudável. Burgos traduz essa situação nos seguintes termos: “Pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários” (BURGOS, 2006, p.28).

Já em 1946, a Prefeitura e a Arquidiocese do Rio decidem firmar uma parceria e criam a Fundação Leão XIII. O órgão tinha como meta prover assistência moral e material às populações faveladas (BURGOS, 2006). Esse, no entanto, não era seu único objetivo. Criada no contexto da Guerra Fria, período em que pairava sobre o país a histeria anticomunista, a Fundação cumpria também uma função ideológica – impedir

que os preceitos de Marx fizessem do favelado um revolucionário em potencial (VALLADARES, 2005). Em seu livro “Mito da Marginalidade”, Perlman nos explica que um dos alicerces da estigmatização dos favelados é precisamente o medo do radicalismo revolucionário. É aquilo que a pesquisadora chamou de sonho da esquerda e pesadelo da direita.

De acordo com esta linha de raciocínio, os favelados aprendem que também eles são capazes de influenciar a política, se agirem vigorosamente, em união no sentido de mudança radical. Ali se aprendem que existem países cujos governos pregam o poder do proletariado. Teme-se, por exemplo, que os exemplos da China e de Cuba tornem-se conhecidos do favelado graças à ampliação de seu círculo de contatos e do uso dos meios de comunicação de massa. (PERLMAN, 1977, p.161)

Ao lado do projeto capitaneado pela Igreja Católica, tomou corpo em 1947 a primeira Comissão para Extinção de Favelas (VALLADARES, 1980). O único feito do órgão foi a elaboração do censo de favelas, em 1949, documento que analisamos no segundo capítulo. Ainda com o objetivo de eliminar esses aglomerados urbanos, outra comissão seria instalada em 1953, mas ela não produziu resultado algum. Dois anos depois, a Arquidiocese do Rio olharia novamente para os favelados, criando a Cruzada São Sebastião.

A iniciativa tinha como eixo central a urbanização dos morros, concentrando suas atividades na melhoria de serviços básicos. Embora o programa tenha sido extinto, sua herança pode ser encontrada na Cruzada São Sebastião, conjunto que foi construído no Leblon para receber ex-favelados. Também com o objetivo de promover a urbanização, foi criada em 1956 o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, a Serfha.

Ao analisar todas essas iniciativas, é possível notar dinâmicas contraditórias. Enquanto algumas buscavam revitalizar os morros, outras expressavam o afã remocionista, defendendo a eliminação desses espaços. Valladares (1978) confirma o desencontro de políticas públicas e lembra que até os anos 1960 não havia uma linha de ação consensual. Isso explica por que as décadas anteriores assistiram a uma profusão de iniciativas – não raro antagônicas – para dar conta da favelização da cidade. Apenas no governo Carlos Lacerda essas orientações ficariam menos difusas. Após se eleger governador da Guanabara, o udenista aos poucos deixaria de apostar na revitalização, capitaneando uma política urbana ancorada quase que inteiramente no remocionismo.

4.2 A máquina de remoções

Embora Lacerda seja personagem central para o estabelecimento das remoções como política de Estado, ele nem sempre se colocou a favor dessa medida. Citemos como exemplo a campanha que ele conduziu em 1948. Batizada de “Batalha do Rio”, a iniciativa estampou as páginas dos principais jornais da cidade, como a campanha movida por Mattos Pimenta anos antes. No entanto, contrariando o que sugeria o nome do projeto, as propostas distavam bastante das defendidas pelo médico.

Após ser acusado pelo Partido Comunista de estar tentando remover as favelas, Lacerda se defende nos seguintes termos: “Ora, é precisamente contra a ideia de expulsão e a favor da recuperação, do aproveitamento adequado, da melhoria de condições de habitação dos favelados, que nos batemos.” No mesmo artigo, escreve que “erram aqueles que pensam que o problema se resolveria pela ‘expulsão’ dos favelados, pela sua remoção para locais distantes do lugar em que trabalham os membros, etc.” Por fim, resume dessa forma sua agenda para as comunidades:

O que se visa, acima de tudo, é aproveitar o material humano da favela - está claro que não me refiro às exceções, aos desajustados, que exigem tratamento diverso do usual nos casos gerais. Esse imenso potencial humano que aí está, descendo todos os graus do desconforto moral e físico, arrastando toda a cidade, comprometendo a sua própria gente e, afinal, tôda a gente na sua descida.²³

Embora reproduza em certa medida o discurso higienista que culpa a favela pelos problemas da cidade, a “Batalha do Rio” pouco lembra o homem que deu as bases do movimento remocionista. Na verdade, o ímpeto de eliminar os barracos começou a se formar apenas no decorrer do governo Lacerda. Como nos diz Brum, durante a campanha, o udenista defendia um processo de urbanização que muito lembrava as propostas presentes na “Batalha do Rio”.

Quando se elegeu governador, ele colocou o sociólogo José Arthur Rios à frente dos assuntos referentes à favela. Rios havia se notabilizado por uma defesa enfática da revitalização, movimento que deveria estimular o papel participativo de membros das comunidades (BRUM, 2011). Para isso, foi criada a Operação Mutirão, cujo objetivo era exatamente promover melhorias urbanas levando em conta demandas locais.

²³ O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro. Correio da Manhã de 21/05/1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=batalha%20do%20rio. Acesso: 06/10/2019

Segundo Brum, o projeto foi aplicado em 80 favelas, tendo como um dos principais feitos a instalação da rede de luz no Jacarezinho, naquele momento a maior favela do Rio de Janeiro. Esse foi um tempo promissor para as políticas públicas voltadas a esses territórios. Ainda que houvesse remoções parciais em algumas áreas, a orientação mais ampla era privilegiar a urbanização e garantir a permanência dos moradores. Mas quando e por que os ventos começaram a soprar na direção contrária?

Começamos a responder à segunda questão, pois ela nos ajudará a entender a primeira. De acordo com Leeds e Leeds (2015), interesses imobiliários eram as razões subjacentes para pôr abaixo as favelas. Ao deixar de removê-las, a proposta de Rios atravancava o caminho daqueles que cobiçavam os terrenos da Zona Sul. Lembremos que muitas desses aglomerados estavam em áreas nobres, regiões que poderiam abrigar condomínios para a classe média. Cumpre destacar ainda que, nesse período, os Estados Unidos firmaram uma parceria com países da América Latina, inclusive com o Brasil.

Na teoria, o objetivo era fomentar o desenvolvimento dessas regiões. Na prática, o intuito era blindá-las contra a influência do comunismo. Assim, por meio do programa “Aliança para o Progresso”, o Brasil receberia empréstimos de Washington de modo a aprimorar sua infraestrutura urbana. Leeds e Leeds destacam, no entanto, que o esquema de mutirão pensado por Rios não previa a construção de conjuntos habitacionais, dispensando, assim, a necessidade de empréstimos elevados.

Esse quadro frustrava uma classe política que desejava receber parte do dinheiro americano. Como o próprio Rios afirmou em entrevista a Freire e Oliveira (2002), parlamentares começaram a procurá-lo com as mais variadas reivindicações, que, claro, deviam ser atendidas em dólar. Acossado por pressões políticas e imobiliárias, o sociólogo e o seu plano para as favelas foram defenestrados em maio de 1962 (BRUM, 2011). Eis a resposta para a primeira pergunta.

A partir dessa data, urbanizar os morros deixa de ser uma alternativa, abrindo caminho para o reassentamento em massa das populações faveladas. A nomeação de Sandra Cavalcanti para substituir Rios à frente da recém-criada Secretaria de Serviços Sociais sinalizou a chegada de novos tempos. Em dezembro de 1962, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara, a COHAB-GB, foi criada para administrar os recursos norte-americanos e erguer habitações populares que acomodassem os removidos (BRUM, 2011).

Sob a batuta da COHAB, foram construídos três conjuntos: As Vilas Aliança, Esperança e Kennedy, esta última uma homenagem ao presidente que tornou o

empreendimento possível. De acordo com Brum, as primeiras remoções foram feitas em locais onde Lacerda planejava promover obras. O principal campus da UERJ, localizado no Maracanã, nasceu nesse período, após a remoção da Favela do Esqueleto. Em um segundo momento, as remoções estenderam-se sobre áreas de alta especulação imobiliária. Conforme salienta Valladares (1980), o censo de 1960 já indicava a grande presença de favelas em regiões valorizadas. Das 147 comunidades existentes no Rio, 59 estavam em bairros da Zona Sul, do Centro ou da Tijuca.

O morro era visto como um entrave ao progresso material desses locais, desperdiçando um solo potencialmente lucrativo. Como sintetiza Perlman, havia um desejo de “preservar a cidade como uma cidadela dos privilegiados – jogando para longe a escória e seus inestéticos barracos” (PERLMAN, 1977, p.240). Em um livro que reúne depoimentos de Lacerda, o jornalista admite que as remoções de fato buscavam saciar desejos imobiliários:

Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre. Porque você está diminuindo a receita do Estado em impostos se fizer pseudobairros populares na zona mais valorizada da cidade; estará portanto diminuindo a capacidade que o governo tem de fazer coisas, inclusive, em benefício do próprio pobre. (LACERDA apud SILVA, 2014, p.9)

Além de questões ligadas ao uso do solo, não podemos fechar os olhos para os preconceitos que incidiam – e ainda incidem – sobre o favelado. A esse respeito, Valladares escreve que o morador do morro é “qualificado como um parasita do Estado, marginal que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis” (VALLADARES, 1980, p.33). Deixemos a ex-secretária Sandra Cavalcanti ilustrar o modo como ela e, por conseguinte, o próprio Estado enxergavam os favelados:

Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso. (CAVALCANTI apud SARMENTO; MOTTA, 2000, p.88)

À semelhança dos cronistas da Primeira República, a ex-secretária enxergava a favela como um enclave do atraso no coração da metrópole. Para usar palavras de João

do Rio, tal como uma roça ou um sertão, esses espaços seriam permeados por tantas carências que, uma vez removidos, seus moradores teriam que reaprender a viver na “cidade grande”. Precisariam se despir de hábitos pouco civilizados e absorver os costumes do asfalto. Em resumo, cabia ao favelado ser urbanizado, e à favela ser removida. Após a demissão de Rios, essa máxima foi forjada a ferro e fogo.

De acordo com Brum (2011), apenas em 1964, ao menos onze favelas foram removidas total ou parcialmente. No ano seguinte, foram seis comunidades reassentadas. Segundo dados da COHAB analisados por Valladares (1980), no período que vai de 1962 a 1965, a gestão Lacerda eliminou 27 favelas, derrubou 8.078 barracos e removeu 41.958 pessoas.

Quando tomavam posse das novas casas, essas pessoas deviam pagar prestações à COHAB, valor que era definido de acordo com a renda de cada família. Quem dispunha de um rendimento mais elevado ocuparia casas com estrutura melhor do que aqueles cuja renda era baixa. As pessoas que não conseguissem pagar as mensalidades deveriam morar em triagens, denominadas à época Centros de Habitação Provisória (BRUM, 2011). Como veremos nas próximas páginas, esse sistema iria impor uma série de dificuldades à população removida.

Uma vez instaurada a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), as remoções ganharam fôlego novo. No ano do golpe, o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado com o objetivo de subsidiar moradias às famílias brasileiras, sobretudo àquelas de baixa renda (PERLMAN, 1977). A presidência do órgão ficou a cargo da onipresente Sandra Cavalcanti. O BNH passou, então, a emprestar recursos à COHAB, que por sua vez deveria planejar, construir e administrar os conjuntos habitacionais.

Em 1968, já na administração Negrão de Lima (1965-1971), o governo federal achou por bem intervir na política urbana do Rio de Janeiro. Naquele ano, foi criada a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, a CHISAM. Ligado ao extinto Ministério do Interior, o órgão almejava organizar e coordenar as remoções de favelas, algo que a COHAB, uma entidade estadual, não estava conseguindo realizar (VALLADARES, 1980).

A autarquia usou como principal argumento em favor das transferências a tese de que a “recuperação’ humana se seguiria à reabilitação física” (PERLMAN, 1977), algo bem afinado com os preceitos eugênicos comuns à elite – para livrar um povo de suas doenças sociais era necessário remover o vetor dessas patologias, no caso a favela. Juntas, foram essas instituições que sustentaram a máquina de remoções. No plano

estadual, a COHAB e a Secretaria de Serviços Sociais projetavam, fiscalizavam e vendiam as unidades. Na esfera federal, a CHISAM coordenava as remoções e supervisionava as ações do estado. Ao BNH, cabia fornecer recursos financeiros para manter de pé toda essa estrutura.

Segundo dados da COHAB citados por Valladares (1980), entre 1962 e 1974, 80 favelas foram evacuadas, 26.193 barracos destruídos e 139.218 pessoas removidas. O período que compreende a atuação da CHISAM foi aquele que testemunhou o maior número de remoções. De 1968 a 1973, quando a autarquia foi extinta, 90.575 indivíduos foram retirados das favelas, o que representa 65,1% do total (VALLADARES,1980).

Esses números elevados estão em conformidade com aquilo que o órgão almejava – colocar em prática o plano de eliminar as favelas, demanda que o governo estadual não estava conseguindo realizar. A meta era transferir 92 mil favelados por ano. Nesse ritmo, a autarquia previa que, em 1976, a paisagem carioca estaria livre desses aglomerados urbanos. Leeds & Leeds resumem os interesses do órgão federal da seguinte maneira:

A criação da CHISAM, um braço do BNH e do Ministério do Interior, reflete a institucionalização em nível nacional das políticas econômicas e sociais e uma ideologia que funciona para intensificar o controle exercido pelas elites, servir a seus interesses políticos e econômicos, concentrar a riqueza em poucas mãos e para controlar e reprimir qualquer pessoa que busque impedir esses desenvolvimentos. A política relativa à favela é um espelho de todas essas institucionalizações, operações, controles e repressões. (LEEDS e LEEDS, 2015, p.296)

Apesar de toda a máquina administrativa voltada a esse objetivo, a erradicação das favelas nunca logrou êxito. Como veremos, a tentativa de remover grandes contingentes de pessoas para áreas remotas só impôs mais problemas a uma população que já colecionava uma série de percalços. Valladares nos informa que o fracasso do programa em atingir seus objetivos pode ser explicado por alguns motivos. O primeiro deles diz respeito à desarticulação entre os órgãos responsáveis pela máquina remocionista.

Após a intervenção federal que criou a CHISAM, a COHAB e a Secretaria de Serviços Sociais se ressentiram por terem sido tolhidas de suas funções, limitando-se a cumprir as ordens de Brasília. “Desse clima de interferência e insatisfações resultaram desarticulações e desentendimentos entre as partes, uma culpando a outra pelo insucesso, não raro, de determinadas operações” (VALLADARES, 1980, p.37). Frequentemente, a COHAB não entregava os conjuntos a tempo. Com o atraso, a

CHISAM se via obrigada a adiar as remoções ou a encaminhar as pessoas para unidades inadequadas. Por sua vez, o BNH não autorizava repasses financeiros à COHAB. A entidade colecionava dívidas com o banco, cenário que aumentava ainda mais a letargia da agenda de remoções.

Atacar apenas o sintoma da favelização e dar de ombros para as causas estruturais do processo foi outro motivo para a derrocada do programa. Em razão disso, ainda durante as remoções, houve um crescimento substancial das favelas remanescentes, bem como o surgimento de novas comunidades. Em 1970, havia no Rio 162 favelas abrigando 565.129 pessoas. Já 1974, eram 283 favelas, onde moravam 771 mil pessoas (VALLADARES, 1980). Tal fenômeno foi gerado pela incapacidade do Estado em compreender que a favelização é um processo multifatorial, e não está ligado apenas à oferta escassa de moradia.

A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a ser perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes. (VALLADARES, 1980, p.44)

Em meio a políticas públicas desarticuladas, soluções simplistas e interesses imobiliários, estavam as populações faveladas. De uma hora para outra, 139 mil pessoas foram reassentadas em regiões que distavam muitos quilômetros dos lugares onde costumavam viver. Em alguns casos por vontade própria, em muitos por imposição do governo, essas pessoas se viram obrigadas a recomeçar a vida em um novo território. Um lugar especialmente pensado para elas, mas que nem por isso estava preparado para recebê-las.

4.3 O mato, o lixo, a solidão

Os conjuntos habitacionais eram inaugurados com pompa e elegância. Conforme citado por Valladares, o Jornal do Brasil de 1969 noticiava que a inauguração da Cidade Alta contou com a presença do então governador Negrão de Lima e do Arcebispo do Rio, D. Jaime de Barros. Em fila, os ex-favelados recebiam das autoridades a chave que, segundo diziam, abriria as portas de uma vida melhor e mais confortável. Os dias

seguintes à festa, no entanto, revelariam que a realidade do asfalto poderia ser igual ou pior que a do morro.

Em pouco tempo, os escritórios da COHAB ficavam lotados de pessoas com as mais diversas reclamações (VALLADARES, 1980). A luz não acendia, a água não saía das torneiras, o reboco das paredes apresentava defeitos e havia uma queixa que a todos unia – as chaves que as autoridades entregaram eram iguais umas às outras e poderiam abrir a porta de qualquer um. Em entrevista ao jornal O Globo, em 2011, os removidos lembraram os percalços por que passaram quando chegaram aos conjuntos²⁴. Uma entrevistada afirmou que o mato e os mosquitos eram abundantes; e as casas, tão pequenas que não comportavam os móveis de alguns moradores. A opção era deixá-los na rua, suscetíveis às chuvas que não raro destruíam a maioria dos itens.

O mesmo jornal relatava uma profusão de problemas estruturais na Cidade de Deus, dessa vez em 1966, ano em que o conjunto foi inaugurado. Intitulada “Esqueceram a Cidade de Deus pela metade”, a matéria destaca que a falta de esgoto é um grande incômodo na localidade. Embora houvesse manilhas, elas estavam jogadas pelas ruas, expostas a ação de intempéries. A precária infraestrutura de saneamento básico forçava os moradores a usarem banheiros coletivos, instalações que não primavam pela higiene, conceito muito usado para cancelar as remoções.

Para driblar a constante falta de água, os ex-favelados recorriam a bicas localizadas perto dos banheiros. Já a falta crônica de luz era superada pelo uso de lampiões a querosene, item que logo foi inflacionado pela alta demanda. Além disso, não havia recolhimento de lixo, de modo que os detritos se amontoavam por toda a parte. “Isto tornou certos pontos infectados e mau cheirosos, representando um sério risco para a saúde de toda a população, principalmente as crianças, que brincam em meio à imundice.”

Como nos explica Valladares, os problemas estruturais dos conjuntos podem ser entendidos ao analisarmos o perfil das construtoras envolvidas nas obras. Eram empresas de médio porte que se beneficiavam financeiramente da construção de unidades populares, onde o metro quadrado é barato e os materiais usados costumam ter qualidade aquém do desejado.

É claro que tais características e condições sugerem uma limitação máxima das despesas por parte das firmas construtoras, resultando em

²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/favelas- foram-removidas-para- conjuntos-sem-qualquer- infraestrutura-2772762>. Acesso em: 10/10/2019

habitações de má qualidade e com deficiências de construção, apesar do papel fiscalizador exercido pela COHAB. Alguns conjuntos passaram logo a refletir as precárias condições de construção, chegando mesmo a limites extremos, o que sugere, de certa forma, a falta de interesse das entidades responsáveis pela operação quanto à qualidade do produto oferecido. (VALLADARES, 1980, p.35)

Cumprе salientar que os conjuntos não apresentavam apenas aspectos negativos. Os riscos de incêndio diminuíram em casas de alvenaria, e o medo de deslizamentos havia ficado no morro. Apesar disso, os problemas continuavam a se avolumar. Perlman (1977) explica que a mudança para locais distantes e pouco integrados ao resto da cidade tornava a ida ao trabalho um desafio. Como grande parte dos removidos trabalhava na Zona Sul ou no Centro, perto de suas antigas casas, a mudança de endereço lhes impunha uma nova rotina.

Era necessário acordar de madrugada para embarcar em viagens que poderiam levar até duas horas. Por vezes, o transporte demorava tanto que os trabalhadores acabavam demitidos por chegarem frequentemente atrasados (SALMEN apud PERLMAN, 1977, p.253). Somado a isso, Leeds e Leeds (2015) explicam que a mudança significou a perda de grande parte ou de todo o salário das mulheres, já que os empregos mais bem pagos estavam localizados em uma Zona Sul distante e, por vezes, inacessível.

O transporte que ligava uma área à outra era caro e costumava dilapidar o orçamento de famílias cuja renda já era escassa. Em 1970, O Globo publicou outra matéria sobre a Cidade de Deus mostrando que no conjunto o desemprego atingia 45% da população. Um dos motivos era justamente o valor do transporte público²⁵. As passagens eram tão elevadas que metade do salário seria usada só para pagar pelas viagens. Se empregos no Centro ou na Zona Sul não eram uma alternativa viável, procurar serviço nas redondezas não era nem mesmo uma alternativa.

Ainda segundo a matéria, no entorno da Cidade de Deus, não havia indústrias, comércios ou qualquer outra forma de absorver a mão de obra. Na Vila Kennedy, a situação era muito parecida. Em 1970, o jornal informava que os moradores do conjunto pediam indústrias para aplacar o desemprego²⁶. Além da falta de postos de trabalho, os preconceitos dificultavam ainda mais a inserção profissional. “Quando a gente vai à

²⁵ Disponível em: <https://acervo.oglobo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=cidade+de+deus+&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1970>. Acesso em: 10/10/2019

²⁶ Disponível em: <https://acervo.oglobo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Vila+Kennedy+&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1970>. Acesso em: 10/10/2019

Zona Sul ou a qualquer outro lugar da cidade e diz que mora na Vila Kennedy, os outros mudam de personalidade e tratam a gente como se aqui só desse bandido”, explicou um morador.

No caso da Cidade de Deus, o desemprego seria mitigado anos depois. Como destaca Brum (2011), houve uma forte expansão urbana na Barra da Tijuca a partir da década de 1970, o que aqueceu o mercado de trabalho naquela região. Assim, “os moradores da Cidade de Deus sofreram por menos tempo as dificuldades dos moradores de outros conjuntos cuja expansão urbana e a oferta de empregos prometida acabou por não se realizar” (BRUM, 2011, p.316).

Não eram apenas esses os prejuízos econômicos gerados pelas remoções. Havia também a mensalidade a ser paga à COHAB. Numa ironia um tanto perversa, o ex-favelado se via obrigado a pagar por uma casa que, em muitos casos, ele foi forçado a aceitar. Além de gastos domésticos e relacionados ao transporte, essa taxa diminuía ainda mais a qualidade de vida dos removidos. “Tudo isso representa um ônus bem superior à quarta parte dos ganhos familiares, e às vezes chegam a 75% ou 80% da renda familiar total” (PERLMAN, 1977, p. 256).

Como é possível supor, as taxas de inadimplência eram altas. De acordo com dados do BNH analisados pela Perlman, os atrasos chegavam a 77% em oito conjuntos habitacionais no ano de 1970. Já de acordo com Valladares, em 1974, havia 35.046 moradores com as mensalidades atrasadas. Sobre essas pessoas pairava o medo de um novo despejo. Dessa vez, no entanto, elas teriam como destino as triagens, “espécie de castigo pela pobreza, como a prisão de devedores, na qual o indigente deve supostamente permanecer até se corrigir e conseguir o dinheiro suficiente para sair” (PERLMAN, 1977, p. 256).

Em alguns casos, os próprios moradores abandonavam os conjuntos e voltavam para as favelas, o que explica o crescimento dessas regiões mesmo durante os reassentamentos. A quem lutava para colocar comida na mesa, o morro voltou a ser uma das poucas opções viáveis.

Porém, mais do que um local de moradia, esse tipo de aglomerado tem outras funções importantes: Por sua localização, facilita o acesso aos mercados de trabalho (área de invasão construída com recursos precários), permite que os gastos com a habitação sejam reduzidos. Constitui assim, para muitos, uma verdadeira “solução orçamentária”, cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade. (VALLADARES, 1980, p.45)

Além dos problemas econômicos, não devemos ignorar as consequências sociais desse processo. Ao serem realocadas em regiões remotas, longe dos centros urbanos, as populações removidas perderam o direito a serviços básicos. Segundo Perlman, em muitos casos, o atendimento médico era inacessível ou de baixa qualidade. Educação escolar passou a ser um item escasso, já que muitos conjuntos não dispunham de unidades escolares. Moradoras da Vila Aliança chegaram a afirmar que os filhos estavam de férias permanentemente em razão da falta de escola²⁷. Já diversões prosaicas como ir à praia ou ao cinema viraram artigo de luxo para quem foi jogado em áreas isoladas do resto da cidade.

Muitos chegaram a afirmar que nos novos bairros a violência era maior que nas favelas (PERLMAN, 1977). Destacaram também o aumento das brigas de rua e o enfraquecimento da solidariedade entre as pessoas. A vida familiar dos removidos também foi castigada após a mudança. Não raro, ao longo da semana, os homens ficavam nas regiões centrais para não gastar tempo e dinheiro na ida ao trabalho. Já as mulheres, permaneciam nos conjuntos habitacionais. Leeds e Leeds explicam que esse processo foi responsável por dissolver inúmeros núcleos familiares, já que os homens formavam novas famílias e abandonavam as antigas.

Como a escolha das casas era quase sempre uma imposição, os moradores também foram separados de seus amigos e vizinhos, processo que esgarçou os laços comunitários construídos na favela. Essa ruptura não tinha apenas impactos subjetivos, afetando também a vida concreta dessas pessoas. Conforme exemplifica Perlman, uma mulher que precisasse deixar o filho aos cuidados da vizinha para trabalhar poderia encontrar dificuldades, já que as redes de ajuda mútua haviam se rompido após a mudança. A moradora de um desses conjuntos expressou a solidão dos removidos nos seguintes termos:

Aqui eu conheço meus vizinhos de nome, mas não somos amigos – meus velhos amigos estão longe. Aqui não fazemos mais passeios como tomar a barca de Paquetá, organizar piqueniques, ir à praia. Todos vivem isolados. Aqui não há clubes atléticos juvenis, nem clubes de futebol, nem samba, nem Carnaval. Uma vez eles exibiram dois filmes e nunca mais. As pessoas não se reúnem – cada um trata da própria vida. (ENTREVISTADA apud PERLMAN, 1977, p.260)

Em consequência de todos esses problemas, localidades como Vila Kennedy, Cidade de Deus e Nova Holanda passaram por um gradual processo de favelização. As promessas de um ambiente seguro, saneado e cheio de oportunidades deram lugar a

²⁷ “Quem mora na Vila Aliança sente saudades da favela” O Globo. Disponível em: <https://acervo.Oglobo.globo.com/busca/?busca=vila+alian%C3%A7a>. Acesso em: 12/10/2019

condições materiais muito parecidas com as do morro. Ora o saneamento básico apresentava problemas, ora a pobreza e o desemprego grassavam por boa parte da região. Era um cenário muito diverso da paisagem higienizada que as remoções emprestaram a alguns bairros da Zona Sul.

Os esforços remocionistas fizeram do Rio uma encarnação da metrópole partida sobre a qual os cronistas tanto falavam. Dessa vez, porém, a distância não era apenas metafórica. Entre uma área e outra estendiam-se quilômetros que só poderiam ser vencidos por um transporte público pouco acessível e bastante ineficiente. Aos poucos, as duas cidades foram apartadas. Enquanto uma se transformou em cartão-postal, a outra foi posta ao largo e virou sinônimo de carência. Nesses territórios — distantes do Arpoador e dos olhos da classe média — o Estado passou a impor na integralidade o seu *modus operandi*.

4.4 A política enquanto morte

No curso que deu origem ao livro “Em defesa da Sociedade”, Foucault explica que a soberania não mais se define pelo binômio “fazer morrer e deixar viver”. Segundo a teoria clássica do poder, o mandatário detinha direito à vida ao ter prerrogativa sobre a morte, ou seja, a existência de seus súditos estava em suas mãos. No século XIX, houve uma inversão nessa lógica. De acordo com o filósofo francês, o poder soberano passou a englobar a possibilidade de *fazer* viver ou *deixar* morrer. A bem da verdade, essa prerrogativa não vai substituir ou apagar a antiga ordem, mas perpassá-la e modificá-la.

Tal tecnologia de poder não é apenas centrada no corpo e na disciplina individual – embora essas características continuem presentes –, mas almeja controlar o modo como esse corpo vive, concentrando sua atuação na sociedade de maneira geral. “Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder, que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante” (FOUCAULT, 2005, p.289). Ao poder interessa exercer influência no homem enquanto espécie; importa controlar e regular toda a população, e não mais indivíduos de forma isolada. É exatamente esse contexto de controle ampliado que marcou a emergência da biopolítica.

Foucault escreve que esse conceito se refere ao conjunto de práticas que buscam regular dimensões inerentes à vida humana. São desenvolvidos métodos que

influenciam os processos de nascimento, mortalidade, longevidade e as taxas de reprodução. A biopolítica atenta igualmente para o modo como o meio pode afetar a vida ou até mesmo encurtá-la ao expor o ser humano a doenças e epidemias. Não é difícil traçar paralelos entre a ideia de biopoder e os esforços remocionistas.

Ao fazer do morro uma verdadeira ameaça sanitária, o poder público criou um imbricado sistema para promover o extermínio desses espaços e reassentar seus moradores em regiões longínquas. Já os locais vistos como suscetíveis aos “males” da favela foram “limpos”, garantindo a saúde e, por conseguinte, a longevidade de determinados grupos sociais.

Embora diga respeito essencialmente a mecanismos de prolongamento da vida, o biopoder não deixa de atuar no sentido inverso, estruturando métodos que facilitem a morte. No entanto, como um sistema que almeja multiplicar as chances de viver aumenta também as chances de morrer?

É aí que, creio eu, intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p.304)

A crença de que alguns seres são passíveis de eliminação em virtude de sua “inferioridade” ajuda a dar conta do paradoxo entre morte e vida que o biopoder enseja. Embora prime pela longevidade, esse sistema prevê que determinadas existências são mais valiosas que outras e, por isso, devem prevalecer em relação às demais. O filósofo nos explica também que o racismo no âmbito do biopoder gera uma relação de recompensa, na qual quanto mais sujeitos considerados inferiores perecerem, mas as raças ditas superiores prevalecerão.

O racismo, devemos lembrar, não almeja a destruição bélica ou política. Ele é antes de tudo movido pela necessidade de eliminar perigos biológicos – materializados pelos corpos marginalizados – de modo a fortalecer ou regenerar determinadas sociedades. Ocorre que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p.306). Desse modo, o biopoder busca prolongar a existência de certos organismos enquanto elimina a vida daqueles considerados uma ameaça social ou biológica.

A morte desses corpos não se limita à dimensão física. Foucault lembra que o extermínio pode ser contínuo e apresentar diferentes facetas. Ele, inclusive, pode ser indireto e acontecer ainda em vida. Tal processo decorre do ato de “expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição” (FOUCAULT, 2005, p.306).

É possível afirmar que remover milhares de pessoas do coração do Rio de Janeiro e jogá-las nos confins da cidade está muito próximo do ato de deixá-las morrer. O problema não reside na localização dos conjuntos, mas na ausência de infraestrutura adequada para que os removidos pudessem viver. Entendemos por vida não somente o ato de respirar. Mas a possibilidade de matricular o filho na escola, o acesso a bens culturais como cinema e teatro e o direito à assistência médica de qualidade. Enfim, tudo aquilo que está expresso na Declaração dos Direitos Humanos desde 1948.²⁸

O que os ex-favelados tiveram foi muito diferente disso. Em alguns conjuntos, eles precisavam conviver com o esgoto e com a falta de escola. Em outros, eram açoitados pelo desemprego e pela ausência de tratamento médico. E ainda tinha o transporte público a fazer do deslocamento algo caro e extenuante. Em suma, essas pessoas foram removidas de regiões integradas, que tinham uma boa cobertura de serviços públicos, e deixadas a sua própria sorte. Para usar termos foucaultianos, à expulsão, seguiu-se o ato de expor à morte, seja pela falta de amparo médico, seja por dificuldades econômicas.

A expectativa de vida em algumas áreas que receberam os removidos espelha as consequências desse processo.²⁹ De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2010³⁰, a esperança de vida na Vila Kennedy girava em torno de 73,8 anos, na Vila Aliança em 72,4 anos. Já na Cidade de Deus, a média era de 72 anos. Segundo o relatório, à época a expectativa de vida do brasileiro estava em 73,9 anos. Agora, comparemos esses dados com os de bairros da Zona Sul. Em 2010, a Lagoa ostentava uma longevidade de 82 anos. No Leblon, a média era de 81,8 anos, já em Ipanema, de 81,7 anos.

Ao analisarmos esses dados, notamos a discrepância entre uma região e outra, sobretudo se levarmos em conta que, na Cidade de Deus, por exemplo, vivia-se dez anos a menos que em bairros da Zona Sul. Essa realidade exemplifica o que Foucault

²⁸ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14/10/2019

²⁹ Dados disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 14/10/2018

³⁰ Os dados de 2010 são os mais atualizados

nos demonstrou sobre a natureza do biopoder. De fato, o objetivo do sistema é prolongar a longevidade e aumentar as possibilidades de vida. Mas, como os dados acima deixam claro, isso não vale para todos. Àqueles considerados uma ameaça, é reservada uma vida preferencialmente curta.

Em muitos casos, o Estado não precisa se valer de violência para acelerar a morte de determinados indivíduos. Basta não fazer nada ou fazer muito pouco. Para grupos em vulnerabilidade social, o dar de ombros, a negligência, a inoperância podem significar um caminho em direção à morte, seja ela física, seja ela simbólica. Como já descrevemos, esse fenômeno só é possível em uma sociedade estruturalmente racista, em que determinadas vidas valem menos que outras. Não à toa, Foucault nos diz que as nações mais assassinas são exatamente as mais racistas. “Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p.309).

Embora promova a morte indireta, negando instrumentos para que a vida aconteça, o Estado pode puxar o gatilho e arbitrar diretamente sobre a existência humana. Como nos explica o filósofo camaronês Achille Mbembe (2016), a criação de inimigos fictícios ajuda a pavimentar o terreno sobre o qual a morte se transforma em política de Estado. O conceito de soberania, escreve ele, está assentado sobre a ideia de que certos corpos representam um atentado à existência humana, um perigo de tal envergadura que devem ser submetidos a uma eliminação biológica. À função assassina do Estado, Mbembe deu o nome de necropolítica.

Ainda de acordo com o filósofo, a fragmentação territorial é condição fundamental para o estabelecimento desse sistema de poder. A ocupação imperialista ao continente africano, por exemplo, primou pelo controle físico e geográfico das regiões, forjando sobre elas um novo conjunto de relações sociais e espaciais. “Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves” (MBEMBE, 2016, p.135).

O espaço ocupado por determinado sujeito passou então a refletir o lugar social que lhe era imposto. Para ilustrar esse fenômeno, o intelectual se vale da experiência do Apartheid, na África do Sul. Nesse regime, negros viviam em territórios segregados, onde a precariedade e a violência eram uma constante. Dessa forma, soberania passa a implicar uma conformação territorial na qual grupos subalternizados ocupam uma zona cinzenta entre a condição de sujeito e objeto (MBEMBE, 2016). Fragmentar o território

tem, portanto, uma dupla função: dificultar a mobilidade e impor uma segregação que muito se assemelha ao Apartheid.

Nesses sistemas, a guerra já não ocorre entre nações inimigas. “Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos” (MBEMBE, 2016, p.141). No meio desse conflito, estão populações desarmadas ou organizadas em milícias, que viram alvo do poderio bélico de diferentes forças. Quando eliminadas, essas pessoas são vistas como um esqueleto, cuja “morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido” (MBEMBE, 2016, p.137).

No Rio de Janeiro, os alvejados pela necropolítica costumam ter a cor da pele como elemento em comum. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) obtidos pelo jornal Extra, negros e pardos totalizaram 78,4% dos mortos pela polícia no primeiro trimestre de 2019³¹. Já no plano nacional, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública nos mostra cenário semelhante – em 2018, 75,4% de quem morreu pela ação policial no Brasil era negro³².

Esses dados mostram que os corpos suscetíveis a perecer nas mãos do Estado são os mesmos corpos sujeitos à lógica desumanizadora do racismo. Para retomar reflexões de Foucault (2005), em um sistema pautado pelo biopoder, a dinâmica racista é a única forma de justificar a função assassina do Estado. Hierarquizar existências por meio de categorias étnico-raciais é promover “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2005, p.304). Após a fragmentação racial, toma corpo a segregação espacial.

A tessitura urbana nos fornece pistas para entender as relações de poder existentes no interior de uma sociedade. As regiões valorizadas e as áreas de risco se transformam em metáforas para hierarquias e lugares sociais bem definidos. Em geral, ocupam regiões nobres corpos cujas vidas são consideradas mais valiosas do que a de quem mora em regiões marginalizadas. Embora a arbitrariedade do Estado possa atingir a todos de forma indiscriminada, é na favela que ela se exacerba.

³¹ Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/proporcao-de-negros-pardos-adolescentes-cresce-entre-mortos-pela-policia-no-rio-23934628.html>. Acesso em: 15/10/2019

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/numero-de-assassinatos-no-brasil-cai-10-em-2018-mas-policias-matam-mais.shtml>. Acesso em: 15/10/2019

Essa realidade acontece porque o favelado é visto como um “subcidadão”, alguém cujos direitos são facilmente cerceados. Sob o pretexto de combater o crime, o Estado estabelece uma lógica de guerra. E, para que haja uma guerra, é preciso haver vítimas e algozes. Na favela, as garantias constitucionais podem ser facilmente suspensas sem que um Estado de exceção seja de fato declarado. Tomemos como exemplo o direito à educação, prerrogativa assegurada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, documento elaborado pela UNICEF³³. Em 2018, o Laboratório de Dados Fogo Cruzado registrou mais de 300 tiroteios em áreas próximas a escolas e creches. Esses confrontos afetaram o funcionamento de 194 escolas públicas³⁴, dentre as quais as mais prejudicadas estão localizadas na Zona Norte (62%) e na Zona Oeste (18%).

Já em 2019, o aplicativo Fogo Cruzado registrou 1.819 trocas de tiros em áreas escolares³⁵. De acordo com a plataforma, os confrontos eram mais comuns em duas favelas: Vila Kennedy e Cidade de Deus, ambas na Zona Oeste. Cumpre destacar que, em 2018, essas localidades ocuparam respectivamente o segundo e o terceiro lugar na lista dos dez bairros com o maior número de tiroteios.³⁶

É revelador que as escolas mais afetadas pelos confrontos estejam na Zona Norte e Oeste, regiões que receberam boa parte das populações removidas. Também nos parece simbólico a Vila Kennedy e a Cidade de Deus – construídas para receber os ex-favelados – terem se transformado em duas das áreas mais conflagradas da cidade. Como nos explica Mbembe, uma das principais condições para o exercício da necropolítica é a segregação espacial. Uma vez imposta, essa prática pressupõe a “proliferação de espaços da violência” (MBEMBE, 2016,p.137).

Tendo em mente o que estudamos até aqui, as representações criadas sobre a favela fizeram desses espaços uma ameaça à saúde da cidade e à segurança dos cariocas. Tais representações forjaram aquilo que Perlman (1977) chamou de mitos da marginalidade, um conjunto de suposições equivocadas sobre o favelado. Muito mais do que cancelar preconceitos, essas representações tinham por objetivo preservar a ordem social que lhes deu origem e negar a cidadania plena às populações faveladas.

³³ Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html>. Acesso em: 16/10/2019

³⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/11/regiao-metropolitana-do-rj-teve-1880-tiroteios-em-areas-escolares-em-2019.ghtml>. Acesso em: 16/10/2019

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/11/regiao-metropolitana-do-rj-teve-1880-tiroteios-em-areas-escolares-em-2019.ghtml>. Acesso: 16/10/2019

³⁶ Disponível em: https://www.on-detemtiroteio.com.br/relatorios/?fbclid=IwAR2l_oiH3187wmv2E9_hlm_zx10MWgN_cDghV2gO0FoMtRDoVlqnO72ISNMd8M. Acesso em: 16/10/2019

A remoção das favelas foi aceita como parte da reestruturação do sistema urbano precisamente porque os favelados eram considerados marginais e, portanto, dispensáveis. Se fossem vistos como cidadãos trabalhadores *normais*, dotados de direitos, teriam sido tratados de maneira muito diferente. Como *marginais*, porém, não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular. (PERLMAN, 1977, p.292, grifos da autora)

Desterrar essas pessoas só foi possível graças à natureza fragmentada da cidadania no Brasil. Para alguns, direitos civis e sociais são assegurados de maneira integral; para outros, as prerrogativas constitucionais são frágeis e sujeitas a violações. Essa cidadania partida forjou um tecido urbano igualmente partido, em que o endereço é um dos elementos centrais para o acesso a determinados benefícios. Quanto mais distante de regiões centrais e privilegiadas, mais vulnerável se está à inoperância e ao arbítrio do Estado. Isso se mostrou uma realidade para a maior parte dos removidos.

Em territórios como a Vila Kennedy, ora o Estado deixa morrer, ora ele próprio acelera a morte. Ainda que não fosse um objetivo expresso ou consciente, as remoções acabaram por reproduzir espacialmente a distância social que separava os habitantes do morro e os moradores do asfalto. Enquanto alguns grupos continuaram em espaços que lhes eram assegurados como um direito divino, outros foram lançados para fora de suas casas em direção a uma terra distante e quase estrangeira.

5. Análise de reportagens

Nos capítulos iniciais deste trabalho, vimos como as primeiras representações sobre a favela fizeram desse aglomerado urbano um problema a ser combatido. Analisamos como o higienismo enxergou no morro um entrave a sua missão de sanear cidades e salvar cidadãos. Esquadrinhamos ainda o modo como o mito da criminalidade levantou suspeitas sobre o caráter dos favelados, uma população considerada particularmente perigosa. Embora de naturezas distintas, essas concepções têm na palavra um elo em comum. Elas foram gestadas e fortificadas no interior do discurso, sobretudo em sua modalidade escrita.

Para compreender a natureza da palavra, é válido recorrer às reflexões de Bakhtin. O filósofo nos explica que signos são a materialização e o reflexo da consciência humana, a encarnação física de um sistema de crenças. O conteúdo semiótico é, portanto, um construto social que nasce por meio das relações entre consciências socialmente organizadas.

Lembremos que a consciência não é um dado biológico, algo que brota de forma natural. Ela é antes resultado das interações sociais entre diferentes indivíduos. Para usar palavras de Bakhtin, a consciência individual nada mais é do que um fato sócio-ideológico. Ao entendermos a palavra como um signo, e este como a expressão de valores sociais, o caráter ideológico do discurso fica evidente.

É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. (BAKHTIN, 2006, p. 36)

Desse modo, o discurso jornalístico é produto do sistema ideológico de determinados segmentos. Ele é a enunciação de crenças particulares que são apresentadas à sociedade como interesses gerais. A eliminação das favelas, por exemplo, tinha fortes contornos de classe e imobiliários. No entanto, o processo foi apresentado como uma cruzada que não contemplava apenas à classe média ou aos empresários. Eliminar as favelas era algo que a todos beneficiaria, inclusive a quem

morava nos morros. É Fairclough quem explica que ocultar a ideologia é essencial à manutenção das dinâmicas de poder. “Se descobrem que determinado aspecto do senso comum sustenta relações desiguais, ele deixa de ser senso comum e pode perder a capacidade de manter tais desigualdades” (FAIRCLOUGH, 1996, p.85).

A ideologia está presente na imprensa não de forma explícita, mas por meio de pressupostos que subjazem as produções textuais. Tais premissas conduzem o leitor a uma determinada interpretação da realidade que muitas vezes chancela e naturaliza relações de poder assimétricas. Para exemplificar, citemos o caso de Rafael Nunes, um jovem em situação de rua que virou manchete em 2012 graças a seus atributos físicos³⁷. Loiro e de olhos claros, ele ficou conhecido como o “mendigo gato de Curitiba” e, à época, gerou enorme comoção.

Mas, afinal, por que ele virou notícia? Para que um fato seja considerado noticioso, é preciso que haja uma quebra da normalidade. Sendo assim, um mendigo com a aparência de Nunes não é considerado um fato normal. Pressupõe-se que uma pessoa em situação de rua não tem a cor nem os traços do jovem. Ao fazer desse caso uma notícia — um fato anormal — o que a imprensa fez na verdade foi reforçar a ideia de que é tão natural haver pessoas negras morando na rua que nem vale a pena escrever a respeito. Naturalizar determinadas situações é algo típico do discurso ideológico. A esse respeito, Fairclough afirma:

A naturalização é um caminho em direção ao senso comum. Ideologias se tornam senso comum quando o discurso que as sustenta é naturalizado. Isso depende do poder do grupo social cujas ideologias e formas discursivas estão em debate. Desse modo, o senso comum em sua dimensão ideológica é uma reverberação do poder. O que vem a ser o senso comum é em grande medida determinado por quem exerce poder e dominação em uma sociedade ou instituição social. (FAIRCLOUGH, 1996, p.92)

Cumprе salientar que o discurso coopera para a construção de identidades sociais, posições de sujeito e sistemas de crença. Por vezes, o ato enunciativo pode ter um caráter transformador quando questiona ideias hegemônicas e propõe novas visões. No outro extremo, a prática discursiva pode ser dotada de um viés dominador, na medida em que reproduz e reforça relações de poder. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Com isso em mente,

³⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/10/jornal-britanico-repercuta-caso-do-mendigo-gato-de-curitiba.html>. Acesso em: 18/10/2019

analisaremos neste capítulo os significados que O Globo atribuiu às remoções de favelas. Atentaremos para os pressupostos ideológicos que nortearam a cobertura, bem como para o modo como os sujeitos sociais eram representados nas páginas do jornal.

Para este estudo de caso, elegemos 12 reportagens. A escolha levou em conta o tamanho dos textos e o seu potencial de análise. Matérias curtas entraram no trabalho apenas quando o conteúdo escancarava determinados aspectos da cobertura. Quanto ao recorte temporal, achamos por bem concentrar a análise entre 1968 e 1973. O período corresponde à atuação da CHISAM, órgão que, como vimos, levou as remoções a novos extremos. Além disso, usaremos a metodologia estruturada por Fairclough (1996;2001) e Van Dijk (1988) para analisar os objetos. Sempre que possível, traçaremos diálogos com outros pesquisadores de modo a fundamentar e aprofundar nosso estudo de caso.

Figura 01: Favela preocupa a Lagoa



Fonte: (O GLOBO, 1968)

Embora esta reportagem não diga respeito diretamente às remoções, a ideia de eliminar as favelas subjaz tanto o título como o lide. O texto também nos dá instrumentos úteis para entender o que a favela representava aos olhos da classe média. Começamos então pelo título, que já de partida coloca o morro na categoria de problema urbano e ignora que esse espaço também fazia parte da Lagoa. Aqui, é possível perceber que, tal como o trânsito ruim, as comunidades são um entrave que poderia ser resolvido se o poder público decidisse agir. Essas áreas perdem o status de habitação e são vistas como um fenômeno que invade e perturba a tranquilidade da Lagoa. Como todo problema, presume-se que este deve ser enfrentado e resolvido. Por

sua vez, o lide reforça o incômodo que a classe média sentia em relação a esses territórios:

Sobre as favelas, que são duas — Catacumba e Praia do Pinto —, queixam-se os moradores que elas enfeiam o bairro, o qual poderia ser mais bem aproveitado na exploração do turismo carioca graças à sua natureza e à topografia que possui. A sujeira das margens é também uma constante: não só o lixo atirado nas imediações da Catacumba como o próprio lodo são responsáveis por uma maior atração que a Lagoa não possa apresentar. (O GLOBO,1968)

Conforme escrevemos no segundo capítulo, a favela era vista como uma mácula na paisagem carioca, algo que destoava da imagem que a cidade queria para si mesma. O trecho em destaque deixa isso bem claro, mostrando que o morro despertava preocupações estéticas e financeiras, uma vez que sua presença prejudicaria o turismo da região. Em uma metrópole conhecida pelo epíteto de cidade maravilhosa, a favela e os seus barracos eram um contrassenso visual.

O geógrafo Jorge Luiz Barbosa nos diz que a ideia de uma capital preta de maravilhas nasceu em 1930, por influência do escritor Coelho Neto. Recebido com fervor pelos meios de comunicação, essa imagem logo se impôs sobre o senso comum, transformando-se em metáfora para o Rio de Janeiro. Em um processo de estetização da natureza, áreas como Lagoa e Pão de Açúcar se transformam na expressão mais bem acabada da imagem atribuída à antiga capital do Brasil (BARBOSA,2010).

A natureza virou um valor que sinaliza o quão perto se está da civilidade. Ocupar regiões distantes das “maravilhas” cariocas, ou seja, da paisagem da Zona Sul, é estar distante de uma civilização idealizada, de um espaço constantemente valorizado em músicas, novelas e filmes. Nessa metrópole, as belezas naturais viram *commodities* capazes de demarcar valores e hierarquias sociais. Barbosa resume esse processo nos seguintes termos:

A partir de suas formas, volumes e cores foram criados significados de um modo de ser e viver do carioca, ou melhor, do deve-ser da cidade. Essa imagem urbana muitas vezes serviu de aparato ideológico para processos brutais de deslocamento e destruição de formas e modos de vida não condizentes aos valores e tradições espelhadas na *paisagem natural* do maravilhoso. A tessitura da beleza da natureza e o sentido sociocultural da cidade nos conduzem, contraditoriamente, a aceitar a utopia compulsória do maravilhoso como nosso devir e, ao mesmo tempo, a negar tudo e todos que fogem ao padrão estético do que se considera como civilizado. (BARBOSA, 2010)

Ao expressar no lide os anseios estéticos de alguns setores da classe média, a reportagem sinaliza que essa demanda adquiria contornos prioritários. Eliminar a favela era impedir que a Lagoa perdesse o seu status de maravilha natural. Indo além, podemos

dizer que tirar os favelados da região mostrava que viver perto da natureza não era para todos. Com o mar e as montanhas transformados em marcadores sociais, o direito às áreas “nobres” devia continuar sendo um privilégio. Lembremos que a favela Praia do Pinto deu lugar a um condomínio para a classe média. O mesmo poderia ter acontecido com o Vidigal, cuja remoção encerrava o plano de construir 50 casas de luxo em uma das mais belas paisagens do Rio de Janeiro.³⁸

Agora, focalizemos o modo como a reportagem atribui significado aos sujeitos sociais. Foram entrevistadas 16 pessoas, das quais nove pleitearam melhorias nas áreas de classe média da Lagoa, e sete defenderam reformas nas favelas. Diante desses números, percebemos um desequilíbrio na possibilidade de vocalizar demandas. No texto, houve a prevalência da voz de integrantes do asfalto. O quadro é reforçado ao notarmos que três dessas pessoas receberam espaço em duas partes diferentes da reportagem, no começo e no final. Já aqueles que advogavam melhorias no morro ficaram circunscritos a espaços bem limitados.

O modo como a estrutura textual foi organizada também salienta o desequilíbrio de vozes. As reivindicações que ocupam o lide e o sublide são ligadas ao asfalto. Como vimos, a favela até aparece no começo do texto, mas como um problema, e não como um lugar passível de melhorias. Podemos entender essa discrepância levando em conta que o jornal O Globo é um veículo notoriamente voltado à classe média.

Conforme explica Fairclough (2001), produtores de notícias tendem a adaptar seus produtos — a informação — ao estilo de vida e às aspirações de seus consumidores. Desse modo, ao maximizar as demandas da parte “nobre” da Lagoa, O Globo está na verdade contemplando os anseios de seu público leitor. A existência de vozes mais ouvidas que outras também nos ajuda a entender esse processo. Bourdieu (1996) sustenta que o capital simbólico de determinados indivíduos confere legitimidade às suas opiniões. Na verdade, a fala desses sujeitos não é considerada um ponto de vista, mas uma perspectiva de valor absoluto e universal.

Todos podem falar, mas nem todos serão ouvidos da mesma maneira. Aos olhos de alguns segmentos, a opinião do “doutor” possui inegável poder. Aliás, o título acadêmico atribui um capital simbólico reconhecido de maneira ampla e irrestrita. “Enquanto definição oficial de uma identidade oficial, ele liberta seu detentor da luta

³⁸ “Quando o Vidigal venceu o estado: há 40 anos favela sofreu tentativa de remoção”. O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/quando-vidigal-venceu-estado-ha-40-anos-favela-sofreu-tentativa-de-remocao-21974869>. Acesso em: 19/10/2019

simbólica de todos contra todos, impondo a perspectiva universalmente aprovada.” (BOURDIEU, 1996, p.164).

Quando a reportagem explicita a ocupação de alguns dos entrevistados, diferentes valores simbólicos entram em jogo. O engenheiro Léo Murinho, a professora Raquel Pio e a estudante de biblioteconomia Gilda Bastos possuem títulos que lhes conferem legitimidade social. Não à toa, dois deles são os entrevistados que aparecem em diferentes momentos e recebem mais espaço no texto. Existe, portanto, uma hierarquia de fontes que expressa escalas diferentes de confiabilidade. “Fontes da elite não são apenas vistas como dignas de serem publicadas, mas também como observadores mais confiáveis da realidade” (VAN DIJK, 1988, p.87).

No outro extremo estão os moradores da favela. Para fins de análise, citemos a D. Joana Alves, moradora da Catacumba. Antes mesmo que as suas demandas sejam enunciadas, a reportagem ressalta que ela é mãe de quatro filhos e foi encontrada lavando roupa na beira da Lagoa. Não nos parece aleatório que o jornalista tenha evidenciado o número de filhos da entrevistada. Aliás, dentre 16 entrevistados, isso só aconteceu com ela. Tampouco parece acidental a decisão de explicitar o que ela fazia quando o jornalista a encontrou.

Esses procedimentos colocam a entrevistada em uma posição de marginalidade, na qual sua voz é precedida e abafada por duas características que recebem valores sociais negativos: o número elevado de filhos e o hábito de lavar roupa na Lagoa. Esta última prática, inclusive, é condenada por uma das entrevistadas do asfalto, que chamou a atenção das autoridades para as lavadeiras que estendem roupa em uma praça da região. Dois meses após essa matéria, o próprio jornal criticou a figura das lavadeiras, afirmando que elas constituíam um dos pontos mais negativos da região.³⁹

Ao levarmos em conta os aspectos formais da matéria, é possível notar o destaque às demandas da classe média. Elas aparecem tanto no título quanto no começo da reportagem, enquanto as reivindicações da favela estão em um segundo plano, ocupando um espaço limitado. A posição do favelado na reportagem é muito parecida com o lugar que ele ocupa aos olhos da sociedade — uma posição menor, restrita e quase irrelevante. Na medida em que coloca o morro na categoria de problema, o texto

³⁹ Lagoa Continua com seus problemas de vinte anos. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=favela+problema&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1968>. Acesso em: 19/10/2019

reforça de maneira implícita a necessidade de eliminar esses espaços e sanear o bairro da Lagoa.

Figura 02: A criação da CHISAM



Fonte: (O GLOBO,1968)

A segunda reportagem a ser analisada também é de 1968. Optamos por estudar mais uma matéria deste ano porque ele marca o início das atividades da CHISAM, algo que nos interessa particularmente. A exemplo da matéria anterior, a favela é tratada aqui como um problema. O incômodo, porém, é de um país inteiro, e não apenas da Lagoa ou do Rio de Janeiro. O título estava bem alinhado com as diretrizes da CHISAM, isto é, transformar o combate à favela em uma empreitada de contornos federais.

É válido destacar que as políticas do Estado têm grande destaque ao longo da matéria. Os únicos entrevistados foram o presidente da CHISAM e o chefe do gabinete da Fundação Leão XIII, duas entidades ligadas à máquina pública. Não foram ouvidas vozes dissonantes, tampouco as lideranças comunitárias. A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), por exemplo, resistia de forma enfática às remoções, pleiteando um plano de urbanização para as comunidades. Sobre esses anseios, a matéria calou.

Ainda que estivéssemos na ditadura, espanta que o conteúdo textual seja monopolizado por declarações do governo. Para entender os pormenores desse processo, é válido recorreremos aos estudos de Fairclough (2001) sobre intertextualidade. A leitura do texto nos permite perceber um diálogo entre o que diz o jornalista e o que falam as autoridades públicas. É como se houvesse uma sobreposição de discursos,

obscurando a fronteira que separa uma fala da outra. Usemos como exemplo o lide da matéria:

Um trabalho conjugado com diversas entidades que se ocupam do problema das favelas e, também, o fato de ter englobado num plano de ação todos os estudos e projetos atinentes à recuperação desses contingentes humanos, vão tornar apta a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio a iniciar, dentro em breve, o desfavelamento efetivo de grandes áreas da Guanabara. (O GLOBO, 1968)

O trecho acima é pouco claro. Quem emite a declaração? A (o) jornalista ou o governo? A julgar pelo tom, o comentário bem que poderia ser da assessoria de comunicação do governo. Essa fusão da voz jornalística com a institucional é acentuada pela ausência de aspas e de verbos dicendi. É como se o texto tivesse se transformado em plataforma para o programa remocionista divulgar sua agenda. Esse fenômeno pode ser interpretado como uma identificação de classe entre os interesses do jornal e os anseios do Estado.

Conforme lembra Fairclough (1996), a imprensa tradicional opera como um meio de expressão e reprodução do poder que emana da classe dominante. Ao diminuir ou eliminar os marcadores que distinguem diferentes discursos, o jornal se mostra alinhado à fala do governo, permitindo antever um apoio implícito à criação da CHISAM.

Em dado momento, a matéria afirma que um levantamento da autarquia chegou a conclusões surpreendentes sobre o perfil de quem morava nos morros. “Os maiores contingentes são do Estado do Rio, Espírito Santo e Minas Gerais, e não dos Estados nordestinos” (O GLOBO, 1968). Essa frase nos fornece pistas importantes para compreender as suposições sobre a população favelada. Ao negar que esse segmento seja formado por nordestinos, a matéria está afirmando a existência de uma crença social – a ideia de que a favela é constituída majoritariamente por pessoas vindas do nordeste.

Para compreender esse pressuposto ideológico, é pertinente retomarmos brevemente os estudos de Perlman (1977) sobre o mito da marginalidade. Segundo a pesquisadora, acreditava-se que os moradores do morro eram migrantes do campo, cujos valores interioranos não se adaptavam ao cotidiano da “cidade grande”. Essa suposta falta de adaptabilidade os transformaria em seres reclusos, isolados na favela e alheios à vida urbana.

“Considera-se que os favelados tentem recriar a vida do interior dentro da cidade, limitando sua atuação tanto quanto possível ao território da favela, e nunca se sentindo à vontade no contexto urbano mais amplo” (PERLMAN, 1977, p.174). Essa percepção foi expressa em uma matéria de O Globo, em 1973. Após informar os pormenores das remoções, o texto reproduz a opinião de um psiquiatra social, classificado pelo jornalista como um profissional “qualificado”. Assim nos diz ele:

Os favelados vêm de um grupo social cuja cultura não é a mesma dos habitantes da cidade grande. Vieram para cá em busca de soluções para o problema de sobrevivência. Logo, a cultura que levam para a favela é muito pobre. A maioria é constituída de analfabetos, quase oligofrênicos sociais, por isso há sempre um choque quando entram em contato com a cidade grande. (O GLOBO, 1973)

Ouvir o que um psiquiatra tinha a dizer sobre o favelado é bastante sintomático. Mostra que morar na favela não era apenas uma questão social, mas um problema médico. Apesar da crença de que as comunidades seriam desarticuladas ao resto do Rio, o cenário que Perlman encontrou durante sua pesquisa foi muito diverso. Essas áreas e seus moradores mostraram-se na verdade bastante integrados ao cotidiano urbano.

Três quartos dos favelados disseram que conhecem bem o Rio de Janeiro. Para procurar atendimento médico, 96% dessas pessoas saíam da favela, enquanto 80% delas deixavam o morro em busca de educação escolar. Já 47% da população favelada e suburbana trabalhava fora de casa, travando contato diário com diversos aspectos da vida urbana. Questionadas se gostariam de morar no interior, 85% responderam de forma negativa. Contrariando estereótipos, o favelado estava longe de ser um sujeito alheio à rotina do Rio de Janeiro.

Figura 03: Dificuldade em conter a favelização



Fonte: (O GLOBO, 1969)

Nesta reportagem, nos interessa o modo como as palavras foram usadas e os efeitos de sentido que elas ensejam. Queremos refletir por que determinado termo foi usado em detrimento de outro, atentando para o que essa escolha diz sobre o texto enquanto signo ideológico. Para tanto, começemos analisando o lide da matéria. Ele nos informa que uma moradora da favela Baixa do Sapateiro enviara uma carta a determinado médico pedindo ajuda para não mais engravidar. Àquela altura, ela já havia tido seis filhos. Apesar do pedido, o jornal afirma:

Do ponto de vista legal é impossível atender ao apêlo de Conceição: as leis brasileiras proíbem anunciar ou ministrar substâncias destinadas a evitar a procriação. A elevada taxa de natalidade e a migração interna são as duas causas principais da expansão das favelas, que as autoridades não sabem como conter. (O GLOBO, 1969)

Notemos que a preocupação da reportagem em salientar a migração e a taxa de natalidade dialoga com as matérias que vimos anteriormente. Esses dois aspectos de fato preocupavam, uma vez que eram vistos como os “culpados” pelo crescimento da favela. No entanto, outro elemento do texto nos interessa – o uso da palavra “procriação”. De acordo com o dicionário Houaiss, um dos significados desse termo é “dar existência, nascimento, origem a (filhos, filhotes, crias)”.

Como nos ensina Fairclough, o significado dicionarizado das palavras não é confiável. Isso porque ele não dá conta da potencialidade de usos que uma palavra pode adquirir em diferentes contextos sociais e linguísticos. O que os dicionários nos mostram é uma forma estável e cristalizada da palavra, algo que não reflete o fervilhar da língua. Embora significados oficiais sejam úteis em alguns momentos, “eles são

muito ilusórios em outros casos, especialmente onde palavras e significados estão envolvidos em processos de contestação e mudança social e cultural” (FAIRCLOUGH, 2001, p.231).

Embora o dicionário nos mostre que “procriar” faça referência ao ato de dar vida, a prática social sinaliza que esse termo não alude a qualquer forma de vida. O que vemos correntemente é o uso da palavra para exprimir a gestação de animais e formas não-humanas. “Gravidez” seria o termo mais coerente quando o assunto é dar vida a seres humanos. No entanto, como falantes, estamos livres para escolher como usar a palavra e como lhe emprestar significado (FAIRCLOUGH, 2001).

Notamos, então, que empregar o vocábulo “procriação” para fazer referência a humanos quando esse termo pertence ao campo semântico das gestações animais é uma forma de reduzir determinados sujeitos à categoria de animal. Parece pouco provável que essa palavra fosse empregada em uma matéria centrada na Lagoa ou no Leblon. É lógico supor que, nesses casos, o termo “gravidez” entraria em cena.

Em outubro de 2019, os usos do “procriar” gerou discussões acaloradas na internet. Na ocasião, um profissional do jornal Extra, veículo do Grupo Globo, divulgou uma notícia em que se lia: “Mulher com 38 filhos aos 40 anos finalmente passa por cirurgia para deixar de procriar”.⁴⁰ A frase rapidamente causou mal-estar e obrigou o jornalista a alterar o texto. Aliás, importa dizer que a mulher em questão era negra. Já em outra matéria, dessa vez sobre uma mulher branca, o jornalista optou por usar o termo “gravidez”.⁴¹

Esses exemplos nos mostram que o uso da palavra não é aleatório. Empregar um vocábulo ligado a animais para escrever sobre negros e favelados é uma forma de animalizar e sequestrar de forma simbólica a humanidade desses grupos. Durante a leitura da matéria, outra palavra nos chamou a atenção. O texto informa que o secretário de Serviços Sociais considerava ser “muito difícil uma fiscalização para evitar a proliferação de favelas ou o crescimento das já existentes.” Para entender o que significa “proliferar”, foquemos no uso social dessa palavra.

Conforme vimos no segundo capítulo, a favela era vista como um ambiente cujos vícios poderiam se alastrar pela cidade feito doença contagiosa. Tais quais os

⁴⁰ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/comunicacao/jornal-do-grupo-globo-usa-procriar-em-materia-com-mulher-negra-e-e-criticado-nas-redes/>. Acesso em 21/10/2019

⁴¹ Disponível em: https://photos.google.com/share/AF1QipPTxfPN65VFuuDwZXtxJXUM7EI_vH2Z-TXHGZtpqZWWSG6hiwtZQf7cVwSqPBgCSg/photo/AF1QipPclhsPNrbreufbMY6W9HOjlrH0o-FBkvvN8Nb8?key=a0NoTFhFTXd1eDhsSzNnYllLeXpRWDNsZDlaR213. Acesso em: 21/10/2019

piochos da charge publicada pela revista O Malho, em 1908, os favelados eram tratados como uma praga a ser expurgada do Rio de Janeiro. Assim, a escolha do termo “proliferação” para tratar sobre o crescimento das favelas diz muito sobre o modo como essas áreas eram percebidas.

Aquilo que prolifera não costuma ser bom. No discurso social, vermes, mosquitos e micróbios se proliferam e não trazem outra coisa senão epidemias e enfermidades. Ao empregar o termo para fazer referência à favela, o jornalista reproduz a crença segundo a qual esse ambiente é foco de doenças e, portanto, um risco sanitário à cidade. No contexto da reportagem analisada, os vocábulos “procriação” e “proliferar” podem ser entendidos como um modo de reforçar os processos de inferiorização e desumanização a que o favelado era submetido.

Figura 4: O morro que passa despercebido



Fonte: (O GLOBO, 1970)

Antes de analisar essa reportagem, é válido retomar algumas reflexões de Van Dijk. O acadêmico explica que o objetivo de todo ato comunicativo é transmitir uma mensagem inteligível. A informação precisa ser construída de tal forma que não haja dúvidas sobre o seu conteúdo. Esse, no entanto, não é o único objetivo da comunicação. “Queremos que nosso interlocutor aceite o que estamos dizendo, isto é, que ele acredite em nossa afirmação, que ele realize o que estamos pedindo e execute o nosso comando” (VAN DIJK, 1988, p.82). A comunicação tem, portanto, uma dupla finalidade: transmitir mensagens e persuadir nosso interlocutor sobre a validade dessas mensagens.

Quando aplicamos esse raciocínio à imprensa, é possível entender que o texto jornalístico almeja passar uma mensagem clara e persuasiva. Espera-se que, ao terminar

de ler uma matéria, o leitor não apenas entenda a informação, mas acredite nessa informação. Para aumentar a verossimilhança de uma notícia, o jornalista lança mão de alguns instrumentos (VAN DIJK, 1988). Analisemos a reportagem em destaque para entender quais são esses mecanismos.

Intitulada “Favela ignorada há 20 anos cresce no alto da Rua Alice”, o texto trata sobre uma pequena comunidade que estava crescendo de modo silencioso, “ignorada pelos técnicos, urbanistas e órgãos oficiais responsáveis pela erradicação das favelas”. Percebemos que, se a favela estava passando despercebida aos olhos do asfalto, a intenção dessa reportagem era justamente jogar luz sobre o morro e sustar seu crescimento. Isso fica patente quando observamos que praticamente todas as outras matérias dessa página fazem menção ao processo de reassentamento. Esse quadro não nos parece um acaso, sobretudo quando lembramos que o modo como a notícia é diagramada e paginada coopera para a produção de sentidos. (VAN DIJK, 1988)

Tratemos agora sobre a reportagem. Em um registro que muito se assemelha ao jornalismo narrativo, o texto mostra o cotidiano e a história de quem morava no morro. É o caso de Preta, que havia deixado Minas Gerais para tentar a vida no Rio de Janeiro. Àquela altura, ela morava há duas décadas na favela, lugar de onde não queria sair. “Sabe, já vai fazer 20 anos. Eu criei meus filhos aqui. Vivi aqui. E, depois, vê se tem lugar mais bonito.”

Nas linhas seguintes, a jornalista rebate: “Da janela, Preta esquece a criançada suja brincando na lama, a bebedeira do Leão, a comida pouca e a miséria, e fica debruçada olhando a cidade lá embaixo.” Como que para mostrar ao leitor que Preta estava tendo um devaneio ou uma visão romântica da própria vida, o texto passa a descrever aquilo que a sociedade entende por favela – um lugar sujo, pobre e cheio de vícios.

Nesse caso, a descrição atua em dois sentidos. Em um primeiro plano, ela busca se contrapor ao comentário de Preta, mostrando que de bonita a favela não tinha nada. Esse mecanismo textual enfraquece e deslegitima a opinião da entrevistada. Se uma jornalista investida de autoridade simbólica rebate o comentário feito por uma favelada, não é difícil imaginar em quem o leitor vai acreditar, sobretudo se esse leitor pertence à classe média. Num contexto onde o asfalto via a favela como um problema, mais fácil era acreditar no relato de uma jornalista que estava na comunidade de forma circunstancial e desconsiderar a opinião de alguém que morava há 20 anos na região.

Por outro lado, descrições minuciosas ajudam a emprestar verossimilhança a uma notícia (VAN DIJK, 1988). Quanto mais detalhes um texto tem, mais fácil fica para o leitor visualizar a cena e acreditar no que está lendo. É digno de nota o modo como a reportagem descreve os personagens do morro. Diferentemente de outras matérias da época, a jornalista lança um olhar bastante generoso sobre essas pessoas.

Preta, por exemplo, é descrita como uma mulher muito magra e sem dente, mas que ainda sabe sorrir. Na pena da jornalista, Leão é um homem praticamente cego de um olho, mas que, mesmo assim, consegue jeito de achar graça da vida, já Lindalva é muito meiga e não perdeu o jeito de sorrir. Ao ler a reportagem, percebemos que a vida dos favelados é permeada por percalços, mas não é definida por eles. Em meio às adversidades, eles ainda encontram espaço para momentos de alegria. Essa narrativa destoa bastante do modo unidimensional como os favelados eram frequentemente descritos. Ou eles eram pessoas brutalizadas pela miséria ou eram corpos inclinados à violência e à promiscuidade.

Na mesma página, uma matéria logo abaixo desta também nos interessa. Sob o título “CHISAM intensifica trabalhos de remoções”, a matéria versa sobre os trabalhos realizados pela autarquia para acabar com os morros. No título, é possível notar a falta de explicação sobre o que estava sendo removido. A ausência de contexto ou de informações adicionais evidencia que o leitor já estava familiarizado com a política remocionista. Se as palavras CHISAM e remoção estavam na mesma frase, só poderiam ser as favelas o alvo do reassentamento.

Outro dado interessante diz respeito ao modo como os números são usados para comprovar que os trabalhos da CHISAM haviam de fato se intensificado. À época, a autarquia previa a remoção de 900 famílias de seis favelas da Zona Sul e de duas comunidades da Avenida Brasil. Já na Babilônia, previa-se a remoção de 152 famílias. Van Dijk explica que números atribuem exatidão à notícia, o que reforça a impressão de verdade, razão pela qual esse recurso é tão abundante no jornalismo.

Embaixo dessa notícia, podemos encontrar uma notinha que, de maneira muito sucinta, informa no título: “A favela do Contorno vai ter de sair”. Quem está fazendo essa afirmação? O jornalista ou o governo? Nem mesmo a leitura do texto deixa clara a autoria da frase. Houve novamente uma fusão de vozes entre o conteúdo jornalístico e o discurso institucional, mostrando que O Globo estava alinhado à política urbana posta em prática pelo Estado.

Figura 5: O favelado enquanto organismo doente



Fonte: (O GLOBO, 1971)

Embora pequena, a matéria acima nos ajuda a entender como metáforas podem ser usadas para criar representações sobre a realidade. De acordo com Fairclough, essa figura de linguagem não deve ser vista como um mecanismo meramente estético. Não se trata de um floreio linguístico, mas de um modo pelo qual é possível atribuir a acontecimentos sociais sentidos muito particulares. Além disso, a escolha de uma imagem metafórica em detrimento de outra permite antever preferências políticas e ideológicas. “As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental” (FAIRCLOUGH, 2001, p.241).

A matéria que iremos analisar nos ajuda a entender uma das metáforas mais difundidas sobre a favela. O texto faz um breve apanhado do movimento remocionista, detalhando quais foram as primeiras favelas destruídas e o destino dos removidos. Após concluir que o surgimento de espaços favelizados é fruto da urbanização sem planejamento, a matéria conclui: "a favela só tendeu a proliferar no Rio, enfeando a paisagem e se transformando em verdadeiros "quistos" sociais." Notamos nesse trecho a recorrência do discurso estético como forma de deslegitimar a existência do morro. Porém, o que nos interessa é o uso da expressão ‘quisto social’ para definir a favela.

A analogia carrega grande significação e nos dá indícios robustos a respeito dos estereótipos que acompanhavam as favelas. A palavra quisto – ou cisto, como é usada atualmente – faz referência a uma anomalia física caracterizada pelo crescimento de nódulos em determinadas partes do corpo. Não raro, é necessário recorrer a intervenções

cirúrgicas para remover os cistos e impedir seu crescimento⁴². Ao fazer da favela um “cisto social”, o jornalista estava reforçando a ideia segundo a qual esses aglomerados são áreas anormais que se “proliferam” no tecido urbano, ameaçando as regiões “saudáveis” do Rio de Janeiro.

A metáfora da sociedade enquanto corpo enfermo foi comumente empregada para evidenciar os supostos perigos sanitários impostos pelo morro. Como vimos no segundo capítulo, a eugenia teve como desdobramento no Brasil um discurso pautado pela higiene pública. O texto em análise não estava criando uma analogia nova, mas reproduzindo uma imagem que há muito era ligada à favela. Encarar esse território como um câncer social, uma metástase comprometendo o bom funcionamento da sociedade, deu ensejo a políticas públicas pautadas na extração desses “nódulos urbanos”.

Não à toa, um dos principais objetivos do programa remocionista era “recuperar” a população favelada. Em uma matéria publicada em 06 de Dezembro de 1971, isso fica bastante claro. Intitulada “Ex-coordenador da CHISAM é por integrar favelados”, a matéria é fruto de uma entrevista com Gilberto Coufal, engenheiro que esteve à frente da CHISAM de 1968 a 1971.

Em um trecho da matéria cujo intertítulo é “Recuperação do homem”, Coufal reflete sobre o modus operandi do reassentamento: “Nosso objetivo não era tirar o barraco da favela, mas sim recuperar o homem, recuperar a família que está vivendo em condições sub-humanas, para que possam integrar novamente a sociedade” (O GLOBO, 1971). Ao fim desse trecho, o engenheiro arremata: “Para se recuperar o favelado, teríamos que tirá-lo daquele meio.”

A crença de que o ambiente degenera o homem é uma das reverberações da eugenia à brasileira. Surpreende, porém, que esse ideário ainda encontrasse ressonância na década de 1960. Como escreve Dávila (2006), embora tivesse caído em descrédito após a Segunda Guerra Mundial, a eugenia continuou viva nos métodos e instituições que ela ajudou a criar. A influência dessa pseudociência não se fazia sentir por práticas diretas, mas sim pelas sutilezas de um discurso marcadamente paternalista. A ideia de “recuperar homens” é um exemplo desse fenômeno. Só é possível recuperar aquilo que está doente ou comprometido. Por essa lógica, o favelado era um organismo enfermo, cujos males só seriam eliminados em um ambiente pautado pela higiene moral e física.

⁴² Disponível em: <https://www.sbd.org.br/dermatologia/pele/doencas-e-problemas/cisto/80/>. Acesso em: 26/10/2019

como esse relato vai ser paginado, os jornais definem também o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Em razão desse poder de silenciar uma realidade e jogar luz sobre outra, “esses veículos de comunicação impressos tornam-se-iam, portanto, também senhores da memória” (BARBOSA, 1995, p.85). O título da reportagem acima só poderia funcionar se os leitores partilhassem uma memória consensual sobre as favelas cariocas. Caso contrário, haveria um ruído na comunicação, e o título se tornaria vago e pouco informativo.

No que se refere à prática jornalística, a reportagem apresenta um caráter crítico em relação ao modo como os conjuntos estavam sendo geridos. Apesar de até agora termos visto um apoio às remoções, o destino dos removidos não foi ignorado. Já no lide, a reportagem informa que os ex-favelados tinham os mesmos problemas de antes, agravados por outros que não estavam esperando. A constatação foi feita após O Globo visitar 13 conjuntos, dos quais dois eram satisfatórios, cinco foram classificados como aceitáveis e seis colecionavam problemas estruturais.

Em seguida, o texto explica que a COHAB teria recebido do BNH Cr\$ 150 milhões para aperfeiçoar os conjuntos. Após dois meses, porém, nada se sabia sobre o estudo que previa o melhoramento das habitações. Embora de maneira muito comedida, é possível notar que o jornal mostra a letargia e a falta de transparência com que o assunto estava sendo tratado pelo poder público. Esse quadro é uma inflexão sutil no alinhamento que o jornal mostrou às diretrizes do Estado, sobretudo quando a CHISAM foi criada, em 1968.

O texto salienta também que, ao chegarem aos conjuntos, os removidos encontravam apartamentos sem tacos, as paredes sem revestimento e outros tantos problemas. Ao ser questionado sobre essa situação, o presidente da COHAB explicou à reportagem que os conjuntos são assim "para dar aos moradores a oportunidade de participarem do acabamento, com o prazer da auto-realização". O texto rebate esse comentário reproduzindo o que dizem os moradores: a falta de dinheiro não permite esse tal prazer por meio da autorrealização. Notamos com isso que o jornalismo busca dar conta de múltiplas vozes, ouvindo tanto as autoridades quanto os moradores.

Porém, nesse texto, é a voz do ex-favelado que recebe legitimidade. Isso se acentua ao levarmos em conta que a reportagem foi aos conjuntos e confirmou os desafios por que as pessoas passavam. De fato faltava água nas casas, as ruas não eram asfaltadas e não havia postos médicos. Retomando as reflexões de Van Dijk (1988), um

dos instrumentos mais poderosos para acentuar a credibilidade de uma notícia é o uso da testemunha ocular. Mandar um repórter confirmar se determinado evento de fato está acontecendo é uma forma de assegurar ao leitor a veracidade das informações transmitidas.

Embora a reportagem reproduza em larga medida o ponto de vista dos moradores, poucas citações diretas são usadas. As reivindicações são traduzidas pelo jornal e reproduzidas na maior parte das vezes em discurso indireto. Ocorre também uma fusão de vozes, na qual em alguns momentos não conseguimos identificar as fronteiras entre o que diz o (a) repórter e o que falam os entrevistados. A partir disso, percebemos que o poder de fala estava concentrado em torno de quem escreve o texto, e não de quem vive aquela realidade.

Diferentemente da reportagem sobre a CHISAM, a fusão de vozes e o pouco uso de aspas almejam nesse texto atribuir legitimidade ao discurso de uma população cujo poder simbólico era bastante limitado. Não nos parece exagero supor que uma matéria baseada apenas na fala dos removidos teria pouco apelo aos olhos de quem lia O Globo, e poderia ser recebida até com alguma desconfiança. Era preciso, pois, misturar os relatos dos moradores ao discurso do jornal e mandar repórteres às unidades para confirmar os problemas. Com isso, o texto reforça a confiabilidade necessária a qualquer material jornalístico.

Figura 07: O sensacionalismo na cobertura d'O Globo



Fonte: (O GLOBO, 1973)

De acordo com Van Dijk, uma das características de um conteúdo persuasivo é a presença de elementos que causem fortes emoções. Acidentes, desastres e crimes são frequentemente usados como elemento de convencimento. Esses mecanismos

satisfazem condições cognitivas e emocionais básicas “para que a informação seja processada de maneira efetiva. Tais eventos formam a maior parte do que as populações do ocidente consomem enquanto notícia” (VAN DIJK, 1988, p.85). Em resumo, apelar para o sensacional é uma forma fácil e poderosa de vender jornais e gerar consensos.

Já pelo título conseguimos notar que a matéria a ser analisada ilustra bem essas reflexões. Nada mais típico do sensacionalismo do que usar o medo e o pavor como instrumentos de mobilização. O lide deixa isso ainda mais evidente ao destacar que os “moradores do Morro dos Macacos estão entregues ao desespero, dominados pelo pavor e a miséria, como até agora em nenhum outro morro pôde ser constatado”. O tom é hiperbólico e cheio de urgência. Sem apresentar qualquer dado, a frase elege o Morro dos Macacos como a pior de todas as favelas.

Nesse panorama, as remoções são apresentadas como um processo capaz de remediar os males que permeiam a localidade. Na verdade, a julgar pelo que sugere o título, o reassentamento poderia ser uma panaceia a todas as pessoas que vivem nos morros. Ao não especificar que se tratava dos moradores de uma determinada favela, a frase faz crer que o pavor domina todos os favelados da cidade. Tal sentimento poderia ser mitigado caso esses aglomerados fossem extintos, e seus moradores transferidos para os conjuntos habitacionais.

Um dia antes de essa matéria ganhar as ruas, O Globo já havia publicado um texto de natureza semelhante, porém sobre outra favela. Intitulado “Parque da Vila quer remoção para se livrar de marginais”, a matéria destaca que a localidade, “umas das mais perigosas do Rio, está com seus dias contados, mas ninguém sabe ainda até quando” (O GLOBO, 1973). A matéria diz que, em razão da insegurança, os moradores da favela estavam ansiosos com a expectativa de serem transferidos para outras áreas.

Haveria na comunidade dois pontos perigosos, proibidos “aos moradores pacatos e que vivem do trabalho: o 'poço do urubu', no alto do morro e a divisa da favela com o morro dos Macacos” (O GLOBO, 1973). Ainda de acordo com o jornal, a primeira área era o “QG dos marginais”. E a segunda, o ponto onde se vendia maconha. Por isso tudo, o jornal afirma que a favela recebia as remoções de braços abertos.

Ao nos debruçarmos sobre essas duas matérias, fica patente que o jornal fez uso do medo para transformar as remoções em uma espécie de livramento social. A questão não está no temor que as pessoas sentem quando confrontadas por ameaças concretas. Esse sentimento é legítimo e deve ser respeitado. O problema é o uso da insegurança

para a promoção de políticas públicas que, não raro, vão de encontro aos interesses de grupos subalternizados.

Para quem tem medo, é compreensível enxergar a vida em outro lugar como a única solução possível. No entanto, para a imprensa, cujo trabalho deveria se pautar pela criticidade, fazer das remoções um bálsamo constitui maldosa ingenuidade. Como os anos seguintes deixariam evidente, a violência não diminuiu com o reassentamento. Em alguns casos, ela até aumentou, como acontece nos conjuntos da Cidade de Deus e da Vila Kennedy. No lugar de ampliar o debate e fomentar soluções estruturais, as duas matérias vocalizam uma medida que pouco fez além de varrer o problema para fora dos bairros nobres.

6. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, analisamos como foi possível normalizar a destruição de territórios e naturalizar o deslocamento, muitas vezes forçado, de milhares de pessoas. Apenas lugares vistos como entraves urbanos podem ser eliminados sem que vozes se levantem e gritem em protesto. Aliás, até houve quem se insurgisse, mas essas vozes logo foram silenciadas pelo aparato repressor do Estado, como foi o caso da Fafeg. Nos bairros “nobres” da cidade, as remoções foram recebidas com inegável anuência. Afinal, estávamos falando de espaços cujas cores destoavam das maravilhas naturais da Zona Sul. Na cidade que encantava poetas e turistas, a favela era elemento fora de lugar.

Um longo processo de estigmatização, no entanto, antecedeu o programa de remoções. Foi esse fenômeno que deu justificativa moral para a eliminação das favelas. Se o morro não fosse considerado um problema, não teria por que arrasá-lo. Mas foram criados muitos motivos. O primeiro diz respeito aos supostos problemas sanitários impostos pela favela. A elite carioca olhava para esse território com a ojeriza de quem encara um esgoto a céu aberto.

Para quem se fiava nas teorias raciais da virada do século, o morro de fato poderia ser o vetor de enfermidades que arruinavam o corpo e degradavam a mente. Isso explica por que o favelado era considerado um organismo doente, cujos males poderiam se espalhar rapidamente para o resto da cidade. Desse modo, as remoções foram recebidas como uma medida de profilaxia. Esperava-se regenerar indivíduos “adoentados” e proteger cidadãos “saudáveis”.

As teorias raciais também deram ensejo à percepção de que a favela seria o celeiro da desordem e da criminalidade. No pós-abolição, as populações negras não tiveram que lidar apenas com a pobreza decorrente da falta de reparação social. Para aplacar o medo que as elites sentiam da liberdade negra, todo um arcabouço jurídico foi erguido para criminalizar e encarcerar esses corpos. Ainda no século XIX, o crime de vadiagem se transformou na menina dos olhos de um Estado interessado em controlar corpos negros.

À marginalização de indivíduos, seguiu-se a criminalização de territórios. Os espaços onde essas pessoas moravam rapidamente foram considerados áreas malditas da cidade. No começo do século XX, o Bota-Abaixo surgiu para dar conta dos cortiços. Já nos anos 60, os reassentamentos buscaram resolver o “problema das favelas”. Não nos

parece acidental que territórios majoritariamente negros tenham sido alvo de sucessivas tentativas de destruição. Tampouco é coincidência que, no caso do cortiço e da favela, os objetivos fossem muito semelhantes.

Almejava-se sanear a cidade para livrá-la da degradação moral e estética que os dois territórios poderiam representar, crença forjada pelos dogmas raciais da República Velha. Reconhecemos, entretanto, que essas discussões não encerram o assunto. É preciso promover pesquisas mais detalhadas sobre o lugar do racismo na configuração espacial do Rio de Janeiro e no modo como a favela era percebida pelas instituições sociais.

Com isso tudo em mente, notamos que o movimento remocionista foi uma consequência direta dos estigmas que se avolumavam sobre os morros cariocas. Esse fenômeno nos ajuda a entender por que os favelados foram praticamente degredados para regiões distantes e desarticuladas ao resto da cidade. Não importava tanto as condições em que essas pessoas viveriam nos novos territórios. Interessava simplesmente que elas desocupassem as regiões nobres do Rio de Janeiro. Como mostramos, Carlos Lacerda deixou isso claro ao afirmar ser um desperdício permitir que os favelados morassem em áreas potencialmente lucrativas.

Desse modo, milhares de pessoas foram removidas e jogadas em conjuntos que colecionavam problemas. A bem da verdade, as habitações populares que o governo tanto incensava mais pareciam depósitos humanos. Mal havia escolas e postos de saúde. A infraestrutura de saneamento básico era sofrível. Em muitos casos, água encanada e luz elétrica se transformaram em itens escassos. E ainda havia um transporte público caro e pouco eficiente, aprofundando ainda mais a segregação espacial da cidade.

Ao levarmos em conta as matérias analisadas no capítulo anterior, é possível notar que o jornal O Globo se posicionou de maneira muito clara durante todo esse processo. Por meio de estratégias discursivas nem sempre sutis, o veículo se mostrava alinhado aos interesses do Estado, buscando sempre que possível cancelar o programa de remoções. As manchetes reduziam a favela à categoria de problema urbano, enquanto as matérias ecoavam preferencialmente a voz da classe média. Quando as comunidades eram retratadas nas páginas do jornal, apareciam como máculas urbanas ou espaços de cultura inferior. Eram concepções que se encaixavam confortavelmente nos pressupostos ideológicos da classe média.

Cabe salientar, no entanto, que o jornal não fez uma cobertura monolítica. Embora essencialmente alinhadas ao poder público, as matérias assumiram um caráter

crítico quando reportavam os problemas que se multiplicavam nos conjuntos. Nesses casos, o periódico não ecoava apenas as demandas dos ex-favelados, mas ia até às unidades para relatar a degradação por que elas passavam. Postura muito diversa daquela que o jornal adotou quando cobriu o processo de remoções.

Esse fenômeno nos faz lembrar das reflexões de Goulart (2000) sobre a natureza polifônica da imprensa. Um mesmo jornal pode vocalizar as demandas da classe dominante, mas ainda assim expressar os anseios de grupos subalternizados. Isso não mostra menos comprometimento com as vontades da elite. Apenas deixa evidente que a prática jornalística está inserida em uma realidade caótica, barulhenta e, por vezes, contraditória.

Em 1974, quando o programa remocionista arrefeceu, mais de 139 mil pessoas haviam sido reassentadas. Alguns dos removidos deixaram nos morros relações de amizade. Outros assistiram ao esfacelamento dos movimentos políticos que vicejavam nesses territórios. Mais do que destruir barracos, as remoções podem ser interpretadas como uma tentativa de lançar os favelados nas sombras, de afastar dos olhos da cidade corpos considerados dissonantes. O plano, no entanto, não deu certo.

Nas décadas seguintes, o favelado não apenas se impôs sobre o asfalto, mas ajudou a engrossar o caldo cultural do Rio de Janeiro. Do funk à literatura, indo do teatro ao cinema, as manifestações artísticas do morro se tornaram elementos indissociáveis do espírito carioca. A mesma classe média que defendeu com ardor as remoções vê hoje seus filhos dançando funk e lendo Geovani Martins. Se no passado ser favelado era uma ofensa, atualmente constitui mais um ato político. Tomando de empréstimo os versos da poeta Maya Angelou, por mais que tentem riscar a favela do mapa, ainda assim ela continua se erguendo.⁴³

⁴³ Poema “Still I Rise”, de Maya Angelou. Disponível em: <https://poets.org/poem/still-i-rise>. Acesso: 02/11/2019

7. Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis. **A journey in Brazil**. London: Ticknor and Fields, 1868, p.540

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. INTERCOM. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 84-101, 1995.

_____. INTERCOM. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 87-102, 1997.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p.301.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC Editora, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussamnn tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p.358.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Cidade Alta: Histórias, memórias e estigma de favela num conjunto do Rio de Janeiro**. 2011. 334 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p 372.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.195.

COSTA PINTO, L.A. **O negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, p.355.

CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8, nº. 16, p.83-105, 1988.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto : pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 606.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987, p. 288.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura.** São Paulo: Editora UNESP, 2006, 400 p.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 288.

_____ **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Editora Vozes, p. 198.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 pg.

_____ **Language and Power.** Nova York: Pearson Longman, 1996, p. 258.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do cárcere.** 2.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001, p. 334. v. 2.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada.** 10 ed. São Paulo: Editora Ática, 2014, p. 200.

LEEDS & LEEDS. **A Sociologia no Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. p. 432.

LE GOFF, JACQUES. **História e memória.** Campinas: Editora Unicamp, 1990. p.553.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios, nº. 32. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, 2016, p. 122-151.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil: processo de um racismo mascarado.** 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017, p.232.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FREIRE, Américo. (Orgs.) **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p. 23.

PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 377.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões, SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Capoeira da Escravidão e no pós-abolição**. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (Orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.513.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia. n.º 11, p.25-44, 2000.

RINALDI, Alessandra de Andrade. **Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro**. In: ZALUAR, Alba; ALVITO Marcos. (Orgs) **Um Século de Favela**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p 372.

ROCHA, Daniella Guedes. **Imagens Cristalizadas: a construção dos estereótipos sobre as favelas**. Revista Mídia e Cotidiano, v. 11, n.º 2, p.2-23, 2017.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 15, n.º 4, 1151 – 1181, 2008.

ROORDA, João Guilherme Leal. Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910). Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 135, p. 269-306, 2017.

ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888, p.368.

SARMENTO; MOTTA. **O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960: Sandra Cavalcanti**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FREIRE, Américo. (Orgs.) **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p. 23.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, v.8, n.º 20, 137-152, 1994.

_____ Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia. Salvador: n. 18, p. 77-101, 1996.

_____ **Teorias Raciais.** In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (Orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.513.

_____ Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.645.

SILVA, Thiago de Faria e. Os CPCS e as Favelas: entre a arte e a política. Revista de História e Estudos Culturais. v. 11. n 1, p. 01-22, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 400.

STEPAN, NL. **Eugenia no Brasil, 1917-1940.** In: HOCHMAN, G; ARMUS, D. (Orgs.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 330-391.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A Invenção da Favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978, p.142.

VAN DIJK. Teun A. **News as Discourse.** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988, p. 200.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 29, n.º 12, p. 581-597, 1994.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha. *Remate de Males*, Campinas: v. 13, p.41-46, 1993.

ZALUAR, Alba; ALVITO Marcos. (Orgs) **Um Século de Favela.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p 372.